

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

DÁCIA NAIANA MOREIRA ABREU

NEM SINDICATO, NEM CLUBE: O mutualismo da União Codoense.

São Luís

2012

DÁCIA NAIANA MOREIRA ABREU

NEM SINDICATO, NEM CLUBE: O mutualismo da União Codoense.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Especialista em História do Maranhão.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

São Luís

2012

Abreu, Dácia Naiana Moreira.

Nem sindicato, nem clube: o mutualismo da União Codoense / Dácia Naiana
Moreira Abreu.– São Luís, 2012.

79 f

Monografia (Especialização) – Curso de Historia do Maranhão, Universidade
Estadual do Maranhão, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

DÁCIA NAIANA MOREIRA ABREU

NEM SINDICATO, NEM CLUBE: O mutualismo da União Codoense.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Especialista em História do Maranhão.

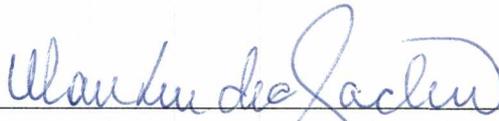
Aprovada em 05 /10 / 2012

BANCA EXAMINADORA



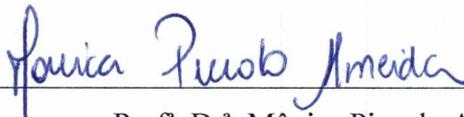
Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Universidade Estadual do Maranhão



Profª. Drª. Mônica Piccolo Almeida

Universidade Estadual do Maranhão

A 'União' é a nossa casa!

Antônio Lourenço

*Á todos aqueles que, nesses 80
anos, construíram o dia-a-dia da
União Codoense.*

AGRADECIMENTOS

Tudo que construí até aqui não foi um trabalho solitário e nesse momento se encontra a difícil tarefa de agradecer a todos os que foram importantes nessa jornada.

Axé em agradecimento a Encantaria Maranhense e em especial ao Tambor Mata de Codó.

Dulcineia, Mãe meu, mais uma vitória que é só sua. Ciro, meu Pai, pode falar de mim para os amigos como ainda mais brilho no olhar (de orgulho); Má, Márcia – minha irmã, obrigada pelo amor incondicional e dedicação, mas, sobretudo por cuidar dos nossos pais na minha insistente ausência. Ivonete, minha prima, tia e irmã mais velha, obrigada por todo o apoio; Iara Karina, minha adolescente problemática, desculpa por ter que estudar, morar fora e assim não te ver crescer.

Aos amigos de “Terecô City”: “Franck”, meu magrelo preto e Dona Maria “Pescador”- eterna sogra, amiga e confidente;

A família adquirida nos anos e anos de Escola Pequeno Polegar: Rogéria, Zezito Júnior, Nergyanne, Luana Rosine e Thiago “da Padaria”, aos também amigos de turma de Ensino Médio, parceiros do “B5”, Nazilde, Nathercya, Júnior Geraldo e Thiago “Bira”; à Tia Fátima; a Tia Vera; ao De Assis – amigo e pai.

Aos vizinhos da “rua do Bitá”: Werberth e Iglesia ; Dona Zezé; Seu Alteredo; Tia Alice; Fernadinho; Marcelo; Galego; Hudson; por serem portos seguros na minha estadia em casa.

Aos que cuidaram de mim nesses anos em São Luís.

Ainda aos amores da minha vida – seres que tornaram a distância de casa suportável: Paulo Henrique, por ter me transformado em uma pessoa de sensibilidade Indie e mesmo do jeito tosco da nossa amizade, pelo carinho e cuidado; e André Zacarias, saudades de estar com você.

Aos amores surgidos um pouco depois “meu povo da História”: Meu, Mano Magrão, Elieser, Luann Ferreira, Wanderson, Glauber Luís, Jorgetans, Igor Alexiev, Paulo “Ray ban” Roberto, Iasmim, Flávio Makê, Antonio José, Thiago Nagô e Dayan – amigos também de bar.

À minha família do Bairro de Fátima: muito obrigada ao seu Biné (boliviano roxo), Tia Socorro, Seu Dió, além de Júnior e Neto (meus primos quase irmãos). Ao senhor Raimundo Sebastião Moreira que virou ‘pai’ nos últimos eventos.

Ao meu casal favorito, Jeff Soares e Didam Hou Braga por me deixar fazer parte da família.

Ao Lar Universitário Rosa Amélia Gomes Bogéa – LURAGB: minha casa por cinco anos.

Aos amigos Paulo Leles, Fernando, Janailton, Madson, Heriverto.

Jannya Cássia e Jaciene pelo suporte mesmo na ausência. Até quando vocês vão segurar os meus venenos?

E ainda a Diogo Auguthus Ferreira, o Dido, que me apoiou com casa, comida e roupa lavada em uma nova transição – a entrada em definitivo para vida adulta, mas que não aguentou a péssima esposa que admito que eu fui.

À preta Mariana por todo o mimo, atenção e paciência. Ao coleguinha Jonathan por estar por perto.

Aos colegas de turma, em especial, Márcio e Massudi (dupla e dinâmica), Ana Cláudia, Leide, Arlene, Luís Fernando “Velhinho”, seu Lúcio e Gabriela.

Ao querido Professor Marcelo que acreditou, apoiou, insistiu e não desistiu de mim e desta pesquisa. Muito obrigada.

E finalmente, os agradecimentos mais sinceros aos 22 novos amigos que fiz durante a pesquisa de campo: colhendo entrevistas. Muito obrigada a Antônio Lourenço (in memorian), Wildelano José e Dona Fátima pela possibilidade de contado com a documentação da casa e as inúmeras horas respondendo minhas inocentes perguntas, aos ex-presidentes da casa Edimar, Joca Serra, Domingos da Sincal e Binoca por compartilharem a regras de organização da casa e os eventos que ela suscitou. Às senhoras Ester, Neri, Nazaré (in memorian), Almeirinda (in memorian), Filomena e Rute (in memorian) pela delicadeza das palavras e sua recepção agradável. À Justino e Domingos Paiva (in memorian), presidentes das coirmãs da União – COC e Mutuária, respectivamente – no auxílio para o refinamento das informações. E aos sócios Carrim Ourives, Almir, Jacob, Galdino e Bibita pelo passeio em suas memórias. Ainda aos dirigentes dos sindicatos locais, Francisco Emílio e seu Zeca da Estiva.

RESUMO

Investigando a trajetória da União Artística Operária Codoense podemos perceber outras possibilidades e formas utilizadas na construção da identidade de classe entre os trabalhadores da cidade de Codó. Uma dessas possibilidades é o mutualismo, que por sua vez é um forma de associação voluntária entre pessoas para a superação de problemas do cotidiano relacionados a ausência de serviços, principalmente previdenciários, por parte do Estado. Tal forma de organização, vista de modo negativo durante algum tempo, já vem há certo período, sendo desbravada por pesquisadores interessados no cotidiano operário. Sendo percebido o auge desta experiência associativa durante o Estado Novo formulou-se a questão: Como aquele momento relacionou-se com entidades não sindicais, tais como a União? Fomos procurar a resposta.

Palavras-chave: Mutualismo. Operários. Codó. Era Vargas.

ABSTRACT

Investigating the trajectory of “União Artística Operária Codoense” we can see other possibilities and forms used in the construction of class identity among workers in the city of Codó. One such possibility is the mutualism which in turn is a form of voluntary association of people for overcoming everyday problems related to lack of services, especially welfare, by the state. This form of organization, a negative view for a while, there comes a certain period, being pioneered by researchers interested in the everyday worker. Being perceived the pinnacle of this associative experience during the Estado Novo formulated the question: Just how that moment was related to non union entities, such as the ‘União’? We look for the answer.

Key works: Mutuslism. Workers. Codó. Vargas’era.

LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COC	Centro Operário Codoense
SPMC	Sociedade Previdente Mutuária Codoense
UAOC	União Artística Operária Codoense

SUMÁRIO

Introdução	12
1 Só de trabalho vivem os operários?	15
1.1 O mutualismo como dado	22
2 Entidades de socorros mútuos e Estado Varguista	26
2.1 Codó - cidade e relações de trabalho em transformação	26
2.2 União Artística Operária Codoense	29
2.2.1 Narrativas sobre a origem, organização e disputas pelo poder.....	29
2.3 Nem sindicato, nem clube: a ação beneficente	37
2.4 O mutualismo aos olhos do Estado Varguista	42
3 Mesmo fora do sindicato, somos classe!.....	51
3.1 A questão social da União	53
3.2 A consciência de ser classe	58
Considerações finais	64
Referências	65
Apêndice.....	71
Anexos	73

Introdução

A história e atuação social da sociedade de socorros mútuos, União Artística Operária Codoense, se misturam com a história familiar de muitos moradores da cidade de Codó, não sendo uma tarefa complicada encontrar entre os populares, quem possua ao menos um membro da família como sócio da agremiação, ou mesmo o seja.

Ao longo de seus 80 anos, a entidade se instituiu como uma referência à organização popular no município, porém, o conhecimento sobre o modelo de organização da casa parecia até um tempo recente ignorado por seus próprios associados. Este modelo, tipo, ou forma recebe o nome de mutualismo (operário ou associativo) e fez parte nas várias regiões do país na construção da identidade das classes trabalhadoras nacionais.

Como principal razão para tal desconhecimento, podemos apontar, dentro da história nacional, a tradição de atribuir à década de 1930, a incumbência de trazer um novo momento, e um novo papel, para os trabalhadores através do fortalecimento do sindicalismo no país. Decerto houve um leque de vivências no cotidiano operário que foram soterradas pela exclusividade do sindicalismo.

Não apenas os trabalhadores nacionais, mas também seus confrades no velho mundo, tiveram por muito tempo seu cotidiano e cultura relegados a elemento sem importância na sua própria condição de homem e mulher trabalhadores, sendo unicamente percebidos por intermédio de suas relações de trabalho dentro do modo de produção, impedindo outras possibilidades de compreensão de como se constituiu o operariado nacional através dos anos.

Porém, a mesma imagem de classe revolucionária do proletariado nacional foi gestada, dentro de um governo que ia aos poucos buscando mecanismos para interferir na vida associativa das categorias trabalhistas a ponto de praticamente impossibilitar uma atuação independente e autônoma dos sindicatos entre os anos de 1930 e 1940.

Apesar dessas discrepâncias, por um considerável período de tempo, não foi possível interpretar como válidos fenômenos associativos entre as classes trabalhadores que não expressassem aquela condição.

Investigar os trabalhadores através de seus elementos culturais compreendendo como entidades mutualistas contribuem para a construção e manutenção da consciência de classe do trabalhador (codoense) é aqui o que nos propomos a realizar. Pois, em que pese esforços interpretativos das últimas décadas, em estabelecer lugares de fala aos trabalhadores como agentes históricos, percebemos, ainda hoje, um tratamento generalizado ao que se refere a

exigência da organização política desse setor da sociedade como elemento primordial de sua identidade e até mesmo de sua existência.

Para tanto, utilizamos como universo empírico a existência e atuação de uma das entidades mutuais do município de Codó: a União Artística Operária Codoense, fundada em 1932.

Na tentativa de reconstruir as experiências do mutualismo nesta municipalidade nos deparamos com as três dificuldades encontradas já apontadas por Ícaro Bittencourt¹ sobre o mutualismo na cidade de Cachoeira-RS durante a Primeira República: a primeira, já salientada, é a evidente falta de exploração e mesmo desconhecimento dos acervos existentes em associação mutuárias; outro entrave à pesquisa, e também um dos fatores apontados pelo autor, se refere à aquisição de dados sobre a história local, neste caso Codó, e constituindo uma grande dificuldade dentro de todo o processo. Como alternativa de superação, utilizei informações contidas na obra *Codó: Histórias do Fundo do Baú*²; porém, residia no próprio desconhecimento acerca do mutualismo associativo, no país, o empecilho inicial, pois apenas duas obras podem ser consideradas substanciais sobre o assunto concentrando-se de maneira exclusiva na pesquisa de mutuais: o livro *O sonho do futuro assegurado* de Tânia de Luca (1990), sobre o mutualismo em São Paulo; e a tese de doutorado de Adhemar Lourenço da Silva Júnior (2004) *As sociedades de socorro mútuo*, sobre o mutualismo no Rio Grande do Sul³. Esses trabalhos servem como base da nossa argumentação e neles buscamos os meios possíveis de desenvolver nosso estudo e observar sua aplicabilidade ao caso maranhense, ou ainda, as peculiaridades deste frente a experiência mutualista do centro-sul.

A apresentação do trabalho respeita a seguinte ordem.

No Capítulo 1 realizamos discussão sobre o Estado Novo (nosso recorte cronológico) e a configuração adquirida pelo Estado brasileiro naquela oportunidade. Ponto de partida de nossa apresentação, estabeleço quais são nossos posicionamentos no que respeita o discurso

¹ Esse artigo nos ajudou muito na organização inicial das ideias, pois de modo muito claro expõe as limitações iniciais do tema contribuiu para previamente tivéssemos informações sobre o fenômeno e os caminhos que já haviam sido trilhados nos mostrando os elementos para a construção da pesquisa.

² Neste livro publicado em 1999, João Batista Machado realiza importante trabalho no sentido de revitalizar memórias da cidade que já estavam se esvaziando da mente dos antigos ou eram com eles sepultadas. Grande número de informações é apresentado como resultado de vasta pesquisa documental, entrevistas e visitas a lugares e logradouros de destaque no município, além de contos e causos. Nessa obra, que nos possibilita ter informações principalmente sobre a vida administrativa do município, percebemos claramente um discurso que procura exaltar feitos e fatos que envolvem a elite local num processo de ocultamento de cotidiano das ruas. Foi utilizada também a *Revista Leia Hoje* em sua edição especial sobre o município que complementou as informações resultantes da leitura da obra do professor Machado.

³ Nesses dois autores (Luca e Silva Junior) e por serem trabalhos extensos em seu texto, ideias e no período abordado obtivemos a certeza da maturidade da discussão, a primeira no esforço de apresentar um tema quase desconhecido aos leitores num trabalho de pesquisa que investiga quase cinco décadas e o último como produção mais recente, onde as limitações das abordagens sobre a devida crítica no sentido de renovação das indagações.

sobre a Era Vargas na sua fase “ditatorial”, o que permite apresentar os primeiros parâmetros de análise. O capítulo é composto de uma discussão sobre a experiência mutualista em seus termos gerais, bem como da dificuldade e limitação do tema geral do mutualismo.

Na parte seguinte, Capítulo 2, o universo de organização daqueles indivíduos é apresentado nos argumentos sobre a cidade e a entidade. Este capítulo foi elaborado a partir de dados estatísticos adquiridos nos Censos Brasileiros dos anos de 1920 e 1940, para a compreensão da cidade como um universo de vivências em transformação, e para aproximação com o cotidiano da entidade fontes escritas (atas de reunião, relatórios, cartas de aceite e livros de sócios) e orais (entrevistas com associados) foram utilizadas.

Tanto os registros da entidade quanto as entrevistas, conferem o caráter de uma história feita ‘de baixo’ que busco apresentar no decorrer do texto. Os depoimentos permitiram perceber o corpo dos associados como elemento ativo de sua realidade sendo a própria organização em torna da entidade parte significativa desta mesma ação.

Encerrando o trabalho, no Capítulo 3, exponho ao leitor o elemento de nossa problematização: a consciência de classe. Admitindo a debilidade das interpretações iniciais sobre a classe trabalhadora, tais como as realizadas por Boris Fausto, utilizamos a interpretações de Thompson com intuito de revitalizar a discussão.

Aspecto transversal deste trabalho, a consciência de classe é o objeto de debate que permite ao mutualismo reivindicar participação na construção da classe operária no país, bem como o modo de interação da mesma com os momentos da história nacional.

Para tanto, se confrontou a vivência da União e o Estado Novo. Pensar a relação entre a entidade e um determinado momento da história e política nacional é confrontar setores vistos tradicionalmente como antagônicos, em que os indivíduos sofreriam forte interferência das diretrizes do Estado. Mas, seria mesmo assim, essa relação vivida de cima para baixo como uma imposição?

Capítulo 1. Só de trabalho vivem os operários?

O trabalhador brasileiro e sua condição têm despertado o interesse de número vultoso de pesquisadores, tanto dos interessados naquele como objeto específico, quanto dos estudiosos que buscam construir uma nova compreensão sobre o momento da Era Vargas e em especial sobre sua fase ditatorial, conhecida como Estado Novo⁴. O que se percebe é que, de modo geral, muitos dos trabalhos existentes acabam por mesclar esses dois interesses.

A fase mais recente das investigações centradas no trabalhador nacional busca superar verdades estabelecidas, e que generalizavam a experiência brasileira no que respeita o processo de formação de sua classe trabalhadora. Por considerar o trabalhador uma categoria encarcerada na relação capital-trabalho, tais verdades que existiram como lugar-comum, deram mostras de seu esgotamento ainda nos anos de 1970.

Pode ser dito que, grosso modo, existem assim duas grandes fases de produção sobre os trabalhadores no Brasil: a fase inicial derivada de um “marxismo ortodoxo” que vê na classe operária um grande número de ausências e estas seriam as responsáveis por impedir a construção de um verdadeiro movimento operário; já num momento pós-1970 surgem e, em determinada medida, se proliferam pelo país estudos que passam a valorizá-las como os fatores que tornaram a classe operária brasileira de identidade tão diversa. Passemos então a sua apresentação e análise.

A primeira fase dos estudos acerca dos trabalhadores em solo nacional é aquela definida por Cláudio Batalha (1998) como “produção militante”, realizada não apenas por sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, como também por jornalistas ou advogados vinculados de forma militante ao movimento operário. Dessa produção, que por vezes não se encontra dentro do ambiente acadêmico, mas sim no partido e no sindicato, nascem os debates teóricos metodológicos que acompanham os “estudos sobre os trabalhadores, tanto na Europa quanto no Brasil” (SIQUEIRA, 2002). Tal produção possui três formas básicas de apresentação: as efemérides, histórias inaugurais e as memórias. Essa última carregava consigo os dois outros tipos e parece ter atravessado “incólume às modas literárias e acadêmicas”.

Apesar de suas óbvias limitações, a produção militante sobre a história operária tem méritos. Antes de tudo, o ineditismo e o pioneirismo dessa produção. Esses autores militantes são os primeiros a escrever uma história, ainda que idealizada e

⁴ Para fins de fundamentação da nossa hipótese de trabalhos, utilizaremos os seguintes autores, cujas obras estão referenciadas ao final: FERREIRA COSTA (1996); FERREIRA (2005, p. 9-17); LUCA (1990); PESAVENTO (2005, p. 7-29); REIS (1992); SILVA JR (2004; 2005); SIQUEIRA (2002); e THOMPSON (1981; 1997, p. 303-440; 2001).

hagiográfica, da classe operária em uma época na qual só havia espaço para as classes dominantes. Além disso, esses trabalhos (particularmente as memórias) contêm informações preciosas para o estudo da história operária, malgrado seu caráter partidário (BATALHA, 1998, p 148).

Como fontes para pesquisa, o material produzido nessa fase também merece destaque por ser uma das raras oportunidades em que pode se ter contato com a fala do trabalhador ou de um intermediário que não seja seu opositor. Contudo, é apenas a fala de um setor entre os trabalhadores e que busca conferir por intermédio dessas ações legitimidade para sua atuação, demonstrando a existência de disputas internas.

Porém, os pré-requisitos existenciais da classe operária no Brasil são instaurados quando a discussão ganha ‘status’ acadêmico, passando a ser matéria para pesquisadores das ciências humanas, como sociólogos e cientistas políticos⁵. Estes trabalhos acabaram por criar certa mitologia acerca da importância do sindicalismo para a história do operariado nacional ao elaborar grandes sínteses, que estabeleciam teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas. Tais teorias eram baseadas nos pré-requisitos da origem estrangeira, seu vínculo com o anarquismo e a hegemonia deste no movimento sindical da Primeira República. Construía-se, assim, o monopólio do operário branco, europeu e politizado.

Para tanto, foi elaborado um quadro de fases internas do sindicalismo nacional e com a gradativa tomada de consciência do trabalhador, culmina com a atuação militante, esta um dos “perigos” rechaçados pelo golpe de 1964. Em linhas gerais, as fases assim se constituiriam: 1ª- período mutualista (antes de 1888); 2ª- período de resistência (1888-1919); 3ª- período de ajustamento (1919-1934); 4ª- período de controle (1934-1945) e 5ª- período competitivo (1945-1964). Tendo sido formulada por José Albertino Rodrigues (1968), a periodização acima não contempla fases mais contemporâneas da experiência dos trabalhadores do país, porém se afirma como indício as generalizações anteriormente salientadas.

Na divisão, se observa que ao momento anterior a 1888 é atribuída a existência de um tipo de ‘associação’ de trabalhadores a quem não é permitido figurar entre as demais do período pós-abolição. E por quê? A explicação encontra-se no fato de antes do estabelecimento definitivo de relações capitalistas de trabalho e produção haver uma consciência mínima, ou ainda, nula dos agentes, pois estariam reduzidos a condição escrava. Contendo as demais fases a ideia de evolução dessas formas de organização e da própria

⁵ Cf. MORAES FILHO (1952); LOPES (1961; 1964); RODRIGUES (1966; 1968) e SIMÃO (1966).

realidade concreta levou ao aparecimento de modelos mais refinados e mesmo, aceitáveis de associação entre os trabalhadores.

Assim, segundo se acreditava, existiu um tempo das mutuais. Estavam separados no tempo e no espaço sindicatos e sociedades de socorro mútuo. Realizadas em seu primeiro momento por estudiosos que, considerando os trabalhadores como uma entidade a-histórica e apolítica, acabaram por projetar uma imagem do operário nacional presa a uma condição de cópia defeituosa e mal sucedida do operário europeu.

Este destaque é realizado para chamar a atenção do leitor para uma das teses que aqui queremos defender. Que não houve o tal “tempo das mutuais” e, sobretudo, que no “tempo dos operários” as associações mutuais mantiveram-se em atividade, além de terem algumas de suas práticas incorporadas ao sindicalismo que surgia, marcas que caracterizam a formação do operariado brasileiro, pois ainda junto a elas pôde ser encontrado “outro jeito” de ser também trabalhador, pois não só de trabalho vivem os operários.

Outro elemento de nossa discussão é a relação desses mesmos trabalhadores com a política populista de Getúlio Vargas, caracterizada como ‘período de controle’ que será esmiuçado mais a frente. As décadas de 1930 e 1940 aparecem como momento decisivo na interpretação acerca do operariado. O que justifica tal assertiva é a comprovação através dos inúmeros estudos sobre este período, caracterizados pela associação mecânica entre operário e Estado, umas das peças-chaves do que será posteriormente caracterizado como Varguismo⁶.

Como principal categoria de análise do período, estava o populismo, cerne para as análises produzidas entre 1950 e 1960. Aquele acabou por definir, e mesmo engessar, o modo como os pesquisadores olhavam o comportamento do operário brasileiro. Filho de outra expressão-chave da época, a “teoria da modernização”⁷, ele seria uma verdadeira necessidade, evidente em muitos dos países latino-americanos, pois conforme a equação-base dessa teoria, em países como Brasil e Argentina só seria superado o estágio de economia tradicional

⁶ Cf. CAPELATO (1998; 2009 p. 99-129); GOMES (1988) e FERREIRA (2005). A discussão entre esses autores estava centrada na maneira como o Estado Brasileiro se organiza em quanto um ditadura pessoal, mas foi necessário para eles inserir certa dose de observação acerca do comportamento da classe trabalhadora, pois era a ela que se direcionavam as ações do leviatã. Encarando o Estado como o monstro controlador da vida pública e em alguns casos como controlador de vidas, foram os operários encarados como revolucionários em potencial que se deixaram seduzir.

⁷ Segundo Jorge Ferreira (2002), autores como Gino Germani e Torcuato di Tella teriam formulado a referida teoria a fim de explicar a experiência da América Latina e os momentos políticos do varguismo, peronismo e demais acontecimentos nos países sul-americanos onde tinha se lançado mão da intervenção de um governo autoritário e antidemocrático na intenção de modernizar o país. Eles consideravam ser possível a passagem da América Latina para o mundo moderno sem seguir os padrões clássicos de desenvolvimento democrático-liberal europeu. Deste modo, entendia-se que um incremento no potencial da industrialização levaria a um “boom” de urbanização e culminaria em transformações sociais que garantiriam a todos os setores da sociedade participação nesse desenvolvimento nacional.

naquele país que efetivasse a intervenção de um Estado autoritário, apresentado sob a forma de “revolução nacional-popular” nos mais variados setores da vida pública.

Jorge Ferreira (2001, p.64) designa como “populismo de primeira geração” o conjunto de estudos que tem na referida teoria ponto central das primeiras formulações sobre o tema no Brasil. O populismo é entendido, de modo geral, como uma política de massas que estava diretamente “vinculada à modernização da sociedade, sobretudo no tocante ao processo de proletarianização de trabalhadores que não adquiriram consciência de classe”.

Dessa fase também resultaram interpretações que viram neste momento a “inconsistência” das classes fundamentais da sociedade com sintomática crise de representatividade das classes dirigentes (REIS, 1992), de onde surgiria um líder carismático “com capacidade incomum de mobilizar e empolgar as massas”. De origem camponesa, sem conhecimento do idioma ideológico, sem treino partidário, e de tímida consciência de direitos, assim eram caracterizados os trabalhadores das primeiras décadas do século XX.

É na década de 1970 que o campo dos estudos operários passa a contar com os profissionais de História e com a contribuição decisiva de estadunidenses “brasilianistas” (especializados no Brasil) que repercutiram na própria produção nacional. Os trabalhos de Michell Hall em parceria com Paulo Sérgio Pinheiro (1985): *Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle*, ou ainda *O Proletariado Industrial na Primeira República* (1978), somente deste último, apresentam avanços em sua linha de investigação ao enxergar a classe trabalhadora no Brasil não como um “proto-movimento operário” que por falta de um partido revolucionário não conseguiu efetivamente se organizar. Com esses estudiosos, podemos dizer que se apresenta um deslocar dos enfoques e novas abordagens do tema no sentido de não mais diminuir o movimento operário brasileiro, por não ter levado a cabo a Revolução Proletária.

Para Siqueira (2002), outros estudiosos, como Boris Fausto, empenham forças em buscar os aspectos defeituosos da organização dos operários brasileiros quando,

[...] ao falar sobre as “Correntes Organizatórias e seu Campo de Incidência” no movimento operário brasileiro, discorre sobre as características ideológicas dos socialistas e das tendências anarquistas no Brasil. Ao discutir sobre a atuação dos primeiros sindicatos e partidos operários e sobre as características da imprensa operária, Fausto procura, a todo instante, demonstrar as limitações e debilidade dessas primeiras experiências organizatórias. Essa debilidade seria decorrente das condições objetivas da sociedade, onde “o peso restrito da classe operária” tornava inviável o surgimento de um núcleo dirigente inspirado no marxismo revolucionário e que pudesse conceber o proletariado como classe Universal, “capaz de liderar as camadas dominadas na transformação revolucionária da classe (SIQUEIRA, 1986, p. 104).

Mesmo acreditando em um desenvolvimento entre os trabalhadores no início do século XX, Fausto não supunha que haveria avanços substanciais nos aspectos ideológicos e organizatórios por falta de um partido revolucionário, pois as condições objetivas da sociedade brasileira, não permitiriam ao proletariado desenvolver as formas que ele designa como maduras e superiores de organização.

Desse modo, se inaugura o “populismo de segunda geração”, porém não é algo extremamente novo o que passa a figurar como questão central, mas sim elemento presente nos estudos que antes se realizavam: as relações do Estado com a sociedade. Caberia agora investigar como, mesmo em um contexto de repressão, o movimento operário “apóia a ditadura de Vargas”. Como esse apoio foi conseguido? Como se dava? Tais questões nortearam os novos estudos.

Surgia assim a variação mais demagógica e repressiva dos estudos sobre o populismo, ou mesmo do próprio populismo, ao conferir demasiada importância a seus dois primeiros elementos. A equação agora passava a ser formada pelos elementos *repressão + persuasão*: através de meios de dominação, o Estado se impunha sobre toda uma sociedade e em especial, sobre os trabalhadores, por vezes desconhecendo o elemento *satisfação*. Apesar da recusa formal das hipóteses da fase anterior, as formulações ainda traziam um ranço das atribuições “super-poderosas” do Estado e da imaturidade do povo (classe trabalhadora) que seria a única força na sociedade capaz de detê-lo.

De acordo com esse entendimento, se fez necessária a compreensão do conceito de “ideologia” na busca de definição mais apropriada para o fenômeno entendido, por vezes, como “falsa consciência”. Havia desse modo, divergências no entendimento do termo e em versão mais difundida propagou-se a defesa da ideia de que uma “verdadeira” consciência de classe existiria entre os trabalhadores e levaria a sociedade a superar as suas contradições.

Teóricos como Marx, Lênin, Lukács, Goldman, Althusser e Gramsci foram estudados nesse sentido, sendo este último um dos clássicos a nortear as universidades brasileiras no fim dos anos 1970. Sua proposta teórica de “hegemonia”, atribuindo não só a força e ao poder repressivo do Estado importância como fator que possibilitava a dominação de uma classe pela outra, mas considerava que “sua eficácia ocorre ao se conjugar com as instâncias ‘persuasivas’ da sociedade”, pois torna a equação “*repressão + persuasão + satisfação*” mais compreensível afirma Siqueira (2001).

Foi então, com a ajuda de seus “intelectuais orgânicos”⁸, que o Estado teria inundado a sociedade com imagens e símbolos de exaltação ao governo, utilizando como veículos rádio, cinema, livros, jornais, biografias, cartilhas escolares, músicas, festas, comemorações cívicas – eleitos agora como fatores para o sucesso de Vargas.

Ainda acerca do debate teórico, é decorrente deste viés a aproximação do regime varguista brasileiro com regimes autoritários na Europa – nazismo e fascismo. A repressão policial foi, por vezes, multiplicada em sua capacidade até adquirir forças de terror generalizado e Vargas passou a ser um líder totalitário com todas as letras, ao lado de Hitler e Mussolini, num regime em que a eficácia da propaganda ideológica impediu que a população pudesse fugir de sua dominação.

Ampliando a estratificação exposta pela periodização de José Albertino Rodrigues, os anos de 1980, propiciaram uma mudança na abordagem desses temas por possibilitar um novo momento para a história operária, decorrente, sobretudo, da influência teórica estrangeira e das condições reais da organização dos trabalhadores do país em resposta aos anos do Regime Militar, por meio de sua participação no processo de redemocratização.

Nesse momento, vive-se a influência de obras como *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Palmer Thompson e *Trabalhadores e mundos do trabalho*, de Eric Hobsbawm, representantes da historiografia marxista inglesa, especialmente dedicada ao estudo da história dos trabalhadores, organizados em movimento operário ou não. Agora, longe da imagem de um “proletariado domesticado” como no momento anterior, os estudos identificados com a história cultural passam a perceber a classe trabalhadora, bem como os camponeses e as pessoas comuns, como portadores de uma linguagem cultural própria, que se convencionou chamar de *cultura popular*. O debate agora reside, segundo Siqueira (2002), nas atribuições que cada autor dá aos conceitos de classe e consciência de classe.

O questionamento continuava: *Se, a classe operária tem um caminho a seguir e um destino a cumprir? Se, sua vocação é elaborar uma identidade política autônoma? Como então, ela se submete politicamente e segue líderes ‘populistas’ ou ‘totalitários’?* (FERREIRA, 2001).

⁸ De acordo com a sociologia gramsciana, os intelectuais de tipo orgânico, ao se desenvolverem, deparam-se com os de tipo “tradicional”, herdados de formações histórico-sociais anteriores: clérigos, filósofos, juristas, escritores e outros. Estes intelectuais tradicionais têm um forte sentimento de continuidade através do tempo e veem-se como independentes em relação às classes sociais em luta. De certo modo, estas últimas tentam capturar para si estes intelectuais tradicionais no processo da luta pelo controle interior da sociedade. No caso da classe operária, para Gramsci, a luta seria no sentido de afirmar um novo intelectual, não mais afastado do mundo produtivo ou encharcado de retórica abstrata, mas capaz de ser, simultaneamente, especialista e político. Em outras palavras, capaz de exercer uma função dirigente no novo bloco histórico.

A compreensão de Carlo Ginzburg (1986) acerca do conceito de *circularidade cultural* vem contribuir neste momento ao demonstrar que não são produzidas as ideias em um centro (classes dominantes) e impostas sem mediação aos demais setores sociais. Mesmo internamente, a cultura dominante precisa se fazer hegemônica a fim de pleitear o papel de representante da classe diante dos elementos externos. Sendo assim, tornou-se necessário, ou mesmo tão importante, quanto compreender as formas de dominação imposta aos trabalhadores na Era Vargas, também conhecer os meios pelos quais eles se organizam e se fizeram representar.

Em meados dos anos de 1980, o modo de viver da classe e por assim dizer ela mesma, ganha espaço nessa discussão como consequência do alargamento dos conceitos utilizados nas investigações acerca do movimento operário e deste modo se diversificam também as fontes.

Todo esse movimento foi acompanhado pela diversificação das fontes tradicionais (fundamentalmente a imprensa e outras fontes impressas), com o recurso às fontes judiciais, a documentação policial, aos arquivos de empresa, à história oral. E de modo geral, pode-se dizer que o acesso foi facilitado, tanto através de organização e publicação de inventários de acervos nas instituições na década precedente [1980] (BATALHA, 2001, p. 153).

Houve renovação nos vários aspectos da pesquisa. O recorte cronológico e geográfico dos estudos que antes se empenhavam em dar conta de um Brasil inteiro e de grandes períodos de tempo, foi substituído por projetos menos ousados que possibilitavam uma investigação baseada em pesquisa e dados empíricos de uma cidade, bairro, ou até mesmo de uma empresa, e da mesma maneira sobre estados/regiões que não figuravam entre os eleitos pela “bibliografia nacional”. Do recorte de tempo, conjunturas mais limitadas passam a ocupar o lugar que antes era de décadas e períodos históricos inteiros.

Entre os efeitos produzidos por essas influências [produção estrangeira e em especial a britânica], há que ressaltar a ampliação de temas enfoques. A história operária deixou de ser unicamente do movimento operário organizado. Assim sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe. Momentos de lutas excepcionais cederam espaço para as condições de existência diárias, o cotidiano operário (Chalhoub, 1986; Decca, 1987). Ocorreu também uma ampliação da cronologia, a história operária, que não ultrapassava os anos 30, invadiu o terreno anteriormente deixado para a sociologia e a ciência política, conseguindo chegar em suas sínteses até início dos anos 80 (Maroni, 1982)⁹ (BATALHA, 2001, p. 153).

Dentro desse quadro de transformações ocorridas na produção historiográfica nacional, que vem apontando para novas possibilidades de investigação, sobre o tema geral

⁹ Chalhoub, 1986; Decca, 1987 e Maroni, 1982 são mencionados por Batalha na citação acima. Ao fazer referência a esses trabalhos ele justificava o argumento da ampliação do debate sobre a classe operária nacional.

dos trabalhadores é que este estudo torna-se possível. O interesse pela cultura operária permitiu a observação de aspectos do cotidiano dos trabalhadores que sempre estiveram presentes, pois dizem respeito às suas vivências fora da fábrica, e que, contudo, passaram despercebidas como elementos de importância na sua formação e atuação.

Desses elementos citamos em especial o mutualismo. Compreendido por nós como objeto de pesquisa, por residir entre as experiências dos trabalhadores na utilização do seu tempo livre, e na construção de redes de solidariedade que criam uma intersecção entre a fábrica e o seu dia-a-dia. Desse modo, entidades do tipo mutual foram encaradas como rivais dos sindicatos e, talvez tenha sido esse elemento o que impossibilitou sua utilização como dado, ou mesmo objeto de pesquisa, pois como já apresentamos aqui, historicamente foi exigida uma postura militante para que se reconhecessem os verdadeiros trabalhadores possuidores de consciência.

1.1 O mutualismo como dado

A essa altura a repetição do termo mutualismo bem como das expressões ‘entidade do tipo mutual’ ou mesmo ‘entidade de socorro mútuo’ torna-se incômoda sem que seja feita a devida apresentação do fenômeno ao leitor. Este, por sua vez, não é restrito ao campo das Ciências Humanas, mas constituísse numa apropriação do campo da Biologia e poderia ser entendido como existência associada entre seres de distintas espécies que se beneficiam reciprocamente. Portando entidades de socorros mútuos seriam aquelas “associações formuladas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro em caso de necessidade” (LINDEN, 1996, p. 17 apud SILVA JR, 2004, p. 11) frente ao seu cotidiano de trabalhador, tanto por condições subjetivas (saúde e questões pessoais) ou objetivas (crises econômicas e desemprego).

Entretanto, o tema não se restringe às investigações da história do trabalho, estudos sobre grupos étnicos, associações voluntárias, sociedade civil ou esfera pública, saúde e medicina além de formas de proteção e assistência social.

Mas, de que modo o termo pode ser apreendido como objeto na área das Ciências Humanas? O estranhamento àquelas expressões decerto é resultante do privilégio concedido ao sindicalismo como elemento de investigação por ser, ainda, a maneira pela qual se reconhece a ação dos trabalhadores. No que diz respeito ao mutualismo, a história do trabalho se apropria dele em um momento de transição de suas investigações e, sobretudo, abordagens

acerca da atuação das classes trabalhadoras no Brasil. Esse fenômeno não se encerra nas associações de trabalhadores, mas é com esses agentes que ganha notoriedade por estar presente nos eventos das décadas iniciais do século XX. Ainda nos sentimos ‘obrigados’ a fornecer ao leitor informações nesse sentido, pois em que pese o amadurecimento de nossa relação com o tema reconhecemos que a dispersão da produção sobre entidades ‘não-sindicais’ dificulta o tratamento do mutualismo como um fenômeno.

Como se não bastasse, houve (ou há) sociedades de socorros mútuos em diversos países dos cinco continentes. Uma coletânea sobre o tema traz capítulos com estudos a Grã-Bretanha, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Suíça, Áustria, Hungria, Polônia, Rússia, Bélgica, Holanda, Suécia, Finlândia, China, Índia, Indonésia, México, Brasil, e Chile. Acrescentando a estes, alguns casos conhecidos ou mencionados por outras fontes como, Grécia, Luxemburgo, República Tcheca, República Eslovaca, Eslovênia, Líbano, Israel (e Palestina), Japão, Romênia, Argentina, Uruguai, Equador, Paraguai, Peru, Colômbia, Cuba, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, República Dominicana, Barbados, Argélia, Tunísia, Marrocos, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Nigéria, Tanzânia, África do Sul, Benin, Burkina Faso, Burundi, Camerum, Congo, Guiné, Mali, Senegal, Togo, Maurtânia, Níger, Tchade, Gana e Madagascar, [...] (SILVA JR, 2004, p. 18).

Essa dispersão pode ser encarada tanto como positiva ao apresentar a existência do fenômeno em várias partes do mundo e sua necessidade de investigação, quanto negativa ao expor o aspecto rarefeito da produção sobre o tema.

O mutualismo observado na cidade de Codó, e realizado por três entidades¹⁰ nela existentes, seria, portanto uma prática associativa percebida entre os trabalhadores, mas não somente entre estes, sendo mesmo comum em muitos países dos cinco continentes.

Seria então perigoso acreditar que a definição acima é possuidora da essência do fenômeno, pois de acordo com tudo que já foi observado, ela contribui para um fechamento conceitual nocivo para valorização do fenômeno aqui estudado ao negar as variantes da ação mutualista que por vezes confundem-se com a atuação sindical, como atestado por Tânia de Luca (1990). Na historiografia brasileira, há uma íntima relação entre mutualismo e sindicalismo, seja ela “para o bem ou para o mal” no que respeita a criação de uma genealogia para aquele primeiro. Por muito tempo, não foi possível perceber nas entidades “não-sindicais” um fim em si mesmo, ou ainda, sua importância para a formação das classes trabalhadora. Desse modo, essa se tornaria a fase embrionária para a construção de um movimento sindical, sobretudo, mais elaborado e consciente de sua condição.

¹⁰ São as entidades Sociedade Previdente Mutuária Codoense (1901), União Artística Operária Codoense (1932) e Centro Operário Codoense (1953) que ainda encontram-se em atividade tendo reformulado sua forma de atuação com o tempo.

No que tange a investigação sobre formas associativas entre trabalhadores - como é o nosso caso, acerca da entidade União Artística Operária Codoense -, a definição trazida pela Biologia acabou por, em certa medida, nos colocar em um verdadeiro dilema visto que a experiência daquela extrapolava a tentativa de conceituação ao se fazer sentir na vida de seus associados.

Sendo assim, os primeiros olhares dirigidos a essas entidades estavam permeados de limitações teóricas. Nas interpretações pioneiras e que se tornaram clássicas, o mutualismo é apenas considerado em alguns estudos como a pré-história do movimento sindical-operário do país, e por este fator não mereceu ser tratado como fase privilegiada de investigação. Entram em consonância os estudos de Tânia de Luca (1990) e Adhemar Silva Júnior (2004) ao encarar como urgente a superação dos preconceitos teórico-metodológicos que exaltam o sindicalismo como objeto de pesquisa ao passo que desacreditam o mutualismo como elemento possível para que seja investigada a formação do trabalhador nacional.

Claro que há matizes nessa qualificação, quando o mutualismo é tratado como um tipo de organização embrionária de trabalhadores, renunciando o sindicalismo, cujo aparecimento faz daquele um fenômeno de pesquisa interessante pelo seu devir, pelo que lega ao sindicalismo do futuro (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 22).

Nas palavras de Silva Júnior “torna-se obrigatório romper com a periodização em etapas que relega o mutualismo como um fenômeno exclusivo do século XIX ou da pré-história do movimento operário”.

A exclusão do mutualismo de períodos que façam referência às lutas das classes laboriosas é clara, não apenas separando a existência dos fenômenos mutualista e sindical, uma das verdades absolutas, como também relegando ao período pré-1888, momento em que a sociedade brasileira se organizava em torno da escravidão africana, a existência do fenômeno das mutuais que serviram apenas de base para o nascimento da consciência dos agentes históricos daquela realidade; também faria nascer no futuro uma classe trabalhadora plena e consciente de seu devir revolucionário, organizada como movimento operário-sindical.

Isso resulta da utilização da década de 1930 como marco da história nacional. Contudo, as referências aqui utilizadas e ainda nossa investigação tem como objetivo o contraponto à ideia de que houve um tempo das mutuais restrito até 1888, pois as três mutuais existentes na cidade de Codó (nosso campo empírico) têm suas fundações datadas do período pós-abolição (Sociedade Previdente Mutuária Codoense – SPMC, com fundação em 1901,

União Artística Operária Codoense – UAOC, de 1932 e Centro Operário Codoense – COC criado em 1953). Encontramos nos anos 1930 a formação da mutualista que aqui estudamos, estando bem longe do período em que se sustentou que elas tenham exclusivamente existido.

Por Tânia de Luca (1990) é feita a refutação sistemática desse argumento, pois em seu trabalho ela se dedica a estudar a incidência de mutuais em São Paulo e Santos entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esse mesmo aspecto é percebido no trabalho de Adhemar Silva Jr (2004) que tem como objeto o mutualismo rio-grandense. Ambos, somente na organização de seu recorte de tempo, evidenciam a deficiência daquelas interpretações que acabaram por soterrar o mutualismo em camadas e mais camadas densas de preconceito interpretativo.

Acerca do marco de 1888, Tânia de Luca (1990, p. 16) nos diz:

O pequeno número de sociedades beneficentes organizadas até 1881 alerta para o fato de que a existência de um conjunto de normas a respeito do mutualismo não permite supor que este desempenhasse na época um papel de relevo, pelo menos em São Paulo[...]

E continua,

Não se pode perder de vista que aqui ainda não se desencadeara o conjunto de transformações que dariam ao processo de urbanização. [...] Na prática, o desenvolvimento de agremiações destinadas a assegurar a sobrevivência dos assalariados pobres encontrava-se inibido no âmbito da monocultura escravista. Esse resultado é coerente com a hipótese de que o mutualismo moderno adquiriu vigor enquanto uma das formas de organização dos trabalhadores assalariados.

É de causar estranheza que a crença em uma transformação imediata do trabalhador rural em operário, e este em militante de partido, tenha se propagado tão facilmente, pois se torna evidente que a construção de uma cultura de operário fabril entre os trabalhadores nacionais e também dos imigrantes (trabalhadores rurais em seus países de origem) necessitaria de tempo para ser formada.

Embora necessite de valorização enquanto objeto de pesquisa possível, o mutualismo, apresenta seus próprios entraves para essa ação, que dizem respeito aos ‘vícios’ criados na pesquisa que dificultam sua construção como objeto. É como se cada pesquisador que se debruça sobre as mutualistas fosse um verdadeiro desbravador traçando um caminho experimental na tentativa de consolidar seu estudo e o próprio objeto.

Capítulo 2. Entidades de socorros mútuos e Estado Varguista

Ainda no ano de 2009, quando a experiência mutualista da UAOC nos foi apresentada, como possibilidade de estudo para a realização de monografia de conclusão de curso, pensamos que entidades como aquela não fossem alvo do rigoroso controle do Estado Varguista. Supomos, naquele momento, que sua atuação expressasse espaço de refúgio da organização das classes trabalhadoras frente à investida governamental sobre os sindicatos, por não oferecerem risco ao regime (ABREU, 2010).

Mesmo com o decorrer do tempo, essa suposição não foi, por nós, abandonada. Naquela oportunidade, em contato com o tema e sua bibliografia, os aspectos culturais das entidades de socorros mútuos se sobressaíram, ao ponto de quase calar a função junto às classes que elas haviam desenvolvido. O que se quer aqui não é escolher entre vivências culturais ou políticas que tenham existido no seio dos trabalhadores, mas destacar como elas estavam imbricadas e ainda, de que modo tais associações contribuíram para, o fazer-se, da classe operária.

Dentre as vivências, culturais e políticas, daquela entidade pudemos observar a tendência a “oligarquização” dos setores dirigentes da Diretoria e da Assembleia Geral. Nesses nichos, nos anos em questão, bem como no presente, é observada repetição de mandatos entre um grupo restrito de associados sendo essa uma das características mais marcantes e importantes do funcionamento da UAOC. As disputas cotidianas que legitimam os mandatos e as atuações dos dirigentes têm sua origem no corpo social, nas normas estatutárias, no espaço de sociabilidade e, sobretudo, modelo de comportamento também vivenciado.

2.1 Codó - cidade e relações de trabalho em transformação¹¹

Estamos nos debruçando sobre um período em que sistematicamente, como em nenhum momento anterior, é imposta uma rotina e ritmo de trabalho que não mais o biológico, mas sim o tempo do relógio e da produção aos agentes produtores.

Nesse contexto, não só através da comercialização dos bens produzidos se acumulavam riquezas, mas também pela super exploração daqueles que somente dispunham

¹¹ Para melhor compreensão dos argumentos aqui exposto recomenda-se Ver Tabelas 1 a 4 em ANEXOS. As tabelas foram construídas com base nos dados dos Censos de 1920 e 1940 apresentando aspectos gerais da cidade e sua população no período abordado.

de sua força de trabalho e a vendiam como meio único de participar do jogo capitalista, na condição de trabalhador.

Em seu livro, *Codó – Histórias do fundo do baú*, o professor Machado nos informa sobre algumas das transformações ocorridas na cidade na virada do século XIX para o século XX destacando, então, a chegada do maquinário da Companhia Manufatureira¹². “A implantação da Manufatureira causou certo alvoroço” (MACHADO, 1999, p. 32) e fez por fim a cidade adentrar na era industrial, possibilitando emprego a contingente significativo da população em postos de trabalho no escritório - como secretária e mesmo na diretoria executiva; na produção - com lenheiros, carregadores, medidores, caldeireiros; e em especial às mulheres, que desempenharam a função de tecelã – os mais numerosos postos nos setores de tecelagem, fiação e carretel.

Decerto, esse novo operário codoense não era branco, de origem europeia e politizado. Parte considerável desses homens e mulheres era negra e convivia com os fantasmas da escravidão e do racismo que a motivara e, sobretudo, vivenciava formas de organização política decorrentes dos contatos culturais realizados em meio à sociedade escravocrata brasileira.

Por volta dos anos de 1930, Codó já se destacava ocupando, desde então, o posto de quinta maior cidade do Maranhão¹³, mesmo possuindo índices de concentração de renda¹⁴ comuns à época. Os dados estatísticos não serão demonstrados aqui, mas encontram-se disponíveis ao final do texto.

Maria Rita Aguiar Monteiro¹⁵ que trabalhou como tecelã durante 7 anos 10 meses e 3 dias - até se casar - , se recorda como chamava a máquina em que trabalhava – passador¹⁶ - e que o algodão passava por ela depois seguindo para outras máquinas. Esse relato revela a percepção mesmo que “despreocupada” da produção em série que rege o mundo fabril. No depoimento desta ex-tecelã, ainda é feita referência ao modo como eram remuneradas as operárias, pois “nós recebia por produção” e “quando dava nos dias de manutenção das

¹² Ver Anexos, foto 1.

¹³ Ver Anexos, figura 1.

¹⁴ Estes podem ser observados no exame dos censos de 1920 e 1940.

¹⁵ Entrevista realizada em 12/9/2009.

¹⁶ Máquina responsável por reunir e uniformizar as fitas provenientes do tratamento dado ao algodão na carda, esta que por sua vez o desembaraçava e limpava e que consiste nas etapas iniciais do processo de fiação. O equipamento necessitava de dois operadores ficando o da frente responsável por abastecê-lo com as fitas de algodão e que ficava a trás garantindo que a fibra não se partisse e porventura efetuando remendos (MELO, 1986, p. 55).

máquinas o coronel deixava elas levarem aqueles pedaços de pano sujos para casa e eles viravam roupa para a família das tecelãs”.

A figura de chefia por ela chamada de coronel era Sebastião Archer da Silva. Ele inicia sua trajetória como escriturário da companhia e sócio minoritário, ainda no ano de 1919 quando passa a residir em Codó. Após casamento com a herdeira da Companhia, toma posse total da Fábrica. Nesse momento também já possuía cargos políticos na cidade – vereador na década de 1920 e prefeito durante a Revolução de 1930. Assim como outros chefes políticos, da política oligárquica, do Brasil era chamado por seu curral eleitoral de coronel e respeitado como tal.

Acerca das condições de vida das operárias, mas também da gente trabalhadora da cidade, Maria Rita ainda nos informa que “pobre mobiliava a casa com caixa de sabão” e destas se fazia mesa, cadeira e tudo o mais, pois só as “baroas” é que possuíam dinheiro para enfeitar suas casas com móveis de verdade, cortinas e bibelôs de louça. Desta maneira, ela faz demonstração das dificuldades em que muitas famílias se encontravam.

O aspecto urbano e a velocidade do século XX se fizeram sentir com o funcionamento da via férrea e a Estação Ferroviária, a partir de 1938¹⁷. Esta viraria parte fundamental do seu centro nervoso e assim permaneceria por longos anos: com os homens carregando e descarregando vagões, pessoas embarcando e desembarcando, as encomendas vindas da capital no vagão de bagagem.

A Estação como normalmente a chamam era também local de passeio e divertimento para os jovens da cidade. Nazaré Ferreira¹⁸ nos disse que ela e as irmãs, quando garotas, costumavam ir à estação para ver as pessoas subirem e desceram do trem, despedir-se de desconhecidos, pois achavam bonito e afirmou também ser um costume compartilhado por muitos na cidade.

Mesmo com o sentimento saudosista observado entre os entrevistados as necessidades diárias marcavam a vida do trabalhador, como relembra Almeirinda Baima¹⁹ - que tentou trabalhar na Fábrica de Tecidos, mas que preferiu continuar como lavadeira/gomadeira, por fazer seus próprios horários e ganhar um pouco mais. Como eram aqueles dias? Segundo ela: “Teve dia de pensar: meu deus, o que meus ‘menino’ vão comer amanhã?” Os habitantes recordam deste mesmo passado como um tempo de possibilidade ainda da utilização das terras ao redor de suas casas como local para pequenas lavouras e de fartura nessas

¹⁷ Ver Anexos, foto 2.

¹⁸ Entrevista em 12/9/2009.

¹⁹ Entrevista em 12/9/2009.

plantações, mas não se fala em miséria e fome mesmo diante de um cotidiano marcado pelo trabalho, e este por sua vez, “diário, honrado e digno”.

Existia nesse momento um quadro de serviços restritos a quem pode pagar: saneamento básico, pavimentação das ruas, água encanada e luz elétrica, além de assistência funerária²⁰. Em decorrência da perceptível diferença nas condições de vida de seus habitantes, surgem na cidade, ainda no começo do século XX, entidades destinadas a proteger seus associados em meio a essas dificuldades. Tais entidades representavam a possibilidade da organização da população civil frente às adversidades diárias, tidas como próprias da condição de trabalhador.

2.2 União Artística Operária Codoense

Antes que levemos o leitor ao engano, devemos destacar que é a UAOC a segunda entidade de classes criada em Codó. Sua fundação ocorre no ano de 1932, em uma realidade marcada pela relação capital/trabalho e a existência de algumas oficinas e usinas de beneficiamento pela cidade. Registre-se também a existência da Companhia Manufatureira Agrícola do Maranhão e sua Fábrica de Tecidos, que garantiam boa parte dos postos de empregos daquela época.

Apesar de não ser a pioneira, foi nela que encontramos o elemento da organização dos trabalhadores codoenses apresentado de maneira mais intrigante, visto que sua “antecessora”²¹ limita-se, em 111 anos, a oferecer funerais aos seus associados. Ao mesmo tempo, sua sucessora, o Centro Operário Codoense, herda da UAOC os principais aspectos de sua postura e atuação.

Cabe agora a indagação de como, mas, sobretudo, para que nasce a União?

2.2.1 Narrativas sobre a origem, organização e disputas pelo poder

Tendo como versão mais conhecida de sua fundação, narrativa que atribui a dois operários locais a dignidade de serem seus idealizadores, e a um grupo de populares, o papel

²⁰ Ver Anexos, foto 3 e tabelas 1, 2, 3 e 4.

²¹ O termo antecessora não significa dizer que a UAOC aparece para substituir a SPMC. Faz referência ao surgimento de uma segunda entidade com o intuito de proteger as classes. De acordo, com as lembranças dos entrevistados, a Mutuária havia iniciado seus trabalhos no início do século passado, no ano de 1901, sob a iniciativa dos patrões da cidade não verem mais seus funcionários morrerem de modo indigno decorrendo desta postura inicial o aspecto de caridade de suas ações.

de entusiastas e sócios fundadores²², a motivação para o surgimento da agremiação seria a de necessitar o operário local de uma instituição que lhe possibilitasse dignidade na hora da morte e que ainda pudesse ampará-lo quando enfermo e debilitado por sua rotina de trabalho.

Existem cinco versões conhecidas, porém, todas têm como ponto principal e, em comum, o protagonismo dos trabalhadores da cidade em se organizar em sociedade frente à intenção de caridade na fundação da SPMC²³. São as seguintes, por ordem de aceitação entre os sócios.

A fundação da União, segundo o atual presidente, Wildelano José de Sousa Lima²⁴, tem sua origem decorrente de uma visita realizada por um barbeiro e um pedreiro que também eram músicos, à cidade de Caxias, para juntamente com uma orquestra animar uma festa realizada por uma entidade de trabalhadores. Lá, se depararam com uma experiência que há tempo ansiavam e decidiram pela fundação de uma entidade similar em Codó. Os referidos operários eram os fundadores Luiz Gonzaga de Sousa e Abdias Antônio dos Santos²⁵.

Em uma variação desta mesma versão²⁶, em que teria sido o futuro sócio da agremiação, o professor Fernando Barbosa de Carvalho, que ao ouvir desses dois homens sua intenção de fundar a entidade, confidenciou que em uma de suas viagens à Caxias teria presenciado um baile muito pomposo organizado por e para operários, mostrando assim ser possível tal realização. E a cena ainda segue:

Na busca de apoio para a concretização da ideia, passaram pelas oficinas do centro, com destaque para a de propriedade do “rosariense Hermes” e encontrando o futuro presidente, Pedro Rodrigues, ouvindo dele relatos de como eram feitos bailes pelos operários da capital (Documento de Abdias Antônio dos Santos, 1961).

Estas primeiras explicações trazem o caráter festivo que caracterizou a entidade através dos anos como elemento de destaque em sua fundação, porém não seria somente a

²² Entrevista com Wildelano Jose Sousa Lima realizada em 24/8/2009. O atual presidente da entidade fez uma apresentação geral da trajetória da entidade nesses 78 anos. Muitas das histórias foram colecionadas por ele ter sido “nascido e criado” nas entidades COC, SPMC e principalmente na União.

²³ Chamamos aqui de “intenção de caridade” a prática de previdência social realizada pela entidade desde sua fundação. Porém essa organização não se inicia como uma experiência autônoma dos trabalhadores locais na qual a ação inaugural dos próprios patrões em conceder a seus empregados meios para solucionar seus problemas diários e acreditamos que mesmo apossa participação direta das classes trabalhadoras nos locais de diretoria da entidade sua postura tenha sido preservada.

²⁴ Entrevista em 24/8/2009.

²⁵ Ver Anexos, foto 4.

²⁶ Encontrada no Documento de Abdias Antônio dos Santos. Erros quanto às informações à respeito da fundação da casa levam o senhor Abdias a realizar esse registro. Tendo sido procurado pelo também consócio Tertuliano Santos para fazerem regressar ao quadro social um de seus sócios fundadores ao analisar o abaixo assinado que solicitava a readmissão de Antonio Brito Neto na União em 1961 verificou, aquele sócio, que certos dados não condiziam com a verdade. O texto da petição possuía algumas incorreções sobre data e fundadores da entidade e que foram corrigidos por Abdias com este documento.

busca por diversão o fator decisivo para que em 1932 populares se juntassem em agremiação e assim constituíssem uma das marcas da particularidade da trajetória daquele lugar.

Uma terceira narrativa faz menção ao aspecto de tragédia e morte como elemento fundante da entidade. A população guarda na memória eventos ligados à utilização do buco-buco²⁷ e à maneira humilhante como eram sepultados os trabalhadores, sem nenhuma dignidade. Deste modo, o enterro indigno e humilhante que fez com que surgisse o mutualismo na cidade, ou melhor, a SPMC, foi descrito e relacionado de modo direto às origens da União, sendo tal motivo utilizado pelos populares para unirem-se em sociedade.

Nas narrativas de criação da UAOC, e especialmente nesta, um fator primordial é desconsiderado: o pioneirismo da SPMC. É negada, ou omitida, a criação desta última como inaugural acerca de serviços fúnebres prestados por entidades a população. Nesta explicação, nota-se uma exaltação dos feitos da UAOC ao ser apropriada a memória social da Sociedade Previdente Mutuária Codoense. Esta versão nos foi apresentada em conversas preliminares com Wildelano José como sendo a história de fundação da própria União Codoense e repetida por alguns entrevistados.

Poderia também ter iniciado a organização da sociedade em uma conversa na Estação²⁸ entre um grupo de trabalhadores que decidiram fundá-la e ali mesmo já saíram espalhando a notícia e solicitando ajuda aos demais, sendo assim criada a associação. E conta com uma última versão, e bem menos conhecida, a que aponta como evento de fundação da agremiação o fato de um grupo de 120 pessoas²⁹ criar uma entidade, sendo este o núcleo de sócios fundadores da casa, mas não apontando quais seriam as motivações desse ato.

A fundação da entidade poderia levar a extenso debate, porém temos a impressão, apontada ainda durante a pesquisa e possível de sustentação após análise dos dados, da existência de apenas uma única história.

Devemos observar, como frisamos a pouco, que todas as versões enfatizam a participação das pessoas comuns na idealização e construção da entidade, sejam eles apenas dois ou cento e vinte. Deste modo, somos levados a crer que tais versões não sejam histórias diferentes, mas possíveis fragmentos de uma mesma história, pois nenhuma delas exclui a outra na construção de uma narrativa e podem mesmo ser vistas como um enredo, principalmente pela ordem em que foram apresentadas.

²⁷ Caixão de propriedade da Prefeitura confeccionado em madeira com alça e não possuindo forro utilizado em vários enterros das pessoas humildes. O nome faz referência ao barulho que o corpo fazia dentro da caixa de madeira ao ser conduzido ao cemitério.

²⁸ Entrevista de Edimar Nascimento em 13/9/2009.

²⁹ Entrevista de Filomena Portela dos Santos em 20/10/2009.

De modo semelhante, Albino de Jesus Carvalho³⁰ tem essa possibilidade como verdadeira, pois mesmo sendo depositário somente da versão que atribui a seu Abdias e Luiz Gonzaga as origens da entidade, afirma ainda que juntamente com as demais partes, elas se completam. Seguiria o enredo a seguinte ordem: 1- a viagem dos fundadores a cidade de Caxias e a festa operária; 2 – o apoio do principal intelectual da cidade; 3- o enterro humilde e humilhante; 4 - a organização junto aos trabalhadores da cidade concentrados principalmente na área da Estação Ferroviária e 5 - ainda o número de integrantes originais da entidade.

Puderam ser esses trechos lidos como histórias diferentes decorrentes de como foram informados os associados sobre esses acontecimentos e mais ainda quem foram seus informantes. As várias histórias expressam os ruídos da comunicação durante todo esse processo e ainda evidenciam que aqueles que compartilhavam da vida administrativa da casa possuíam conhecimento mais preciso sobre suas origens e sobre seu funcionamento.

Tantos entrevistados oficialmente durante a pesquisa, mas também os demais informantes, que contribuíram no trabalho de campo, apresentam essa diversidade de ordem de fatos que foram passados de modo oral pelas gerações, pois é a cultura oral marca profunda da cultura do povo e das ruas.

O reflexo da apropriação dos mecanismos de funcionamento da entidade bem como das origens de sua fundação se direcionaram para a configuração do quadro dirigente da casa. Os homens citados nas narrativas de fundação compunham, na primeira década de existência da sociedade, o grupo de dirigentes responsáveis em coordená-la.

A primeira diretoria (1932) foi composta pelos senhores:

Pedro Alixandre Rodrigues (sic) – Presidente
 Laudelino Freitas – Vice-Presidente
 Osmar da Costa Machado – 1º Secretário
 Carlos Nery Rodrigues – 2º Secretário
 Augusto Monteiro da Rocha – 1º Tesoureiro
 Hermes Barros
 Galdino dos Santos Baima
 Abelardo Marinho Filho
 Quintino David de Sousa
 Luiz Gonzaga de Brito
 Abdias Antonio dos Santos³¹

Iniciada sua atuação em 1932, a entidade serviria como centro catalisador da vida do trabalhador codoense, pois era lá que não só os membros associados se reuniam e festejavam, mas também os demais moradores tanto das classes trabalhadores quanto da elite, esta formada por comerciantes e políticos locais.

³⁰ Entrevista em 14/9/2009.

³¹ Cf. Documento de Abdias Antonio dos Santos, 1961.

Nos Estatutos Sociais, aprovados no ano de 1943, em seu Artigo 2º, observa-se que:

Prestará beneficência aos seus membros quando doentes e impossibilitados de promoverem ao seu tratamento por falta de meios; em caso de falecimentos promoverá os respectivos funeraes pela forma estabelecida pelos presentes Estatutos.

Parágrafo 1º - Defende-los-á dentro dos limites legais, quando perseguidos, desfeiteados, oprimidos, ou lesados em seus direitos legais.

Parágrafo 2º - Manter perfeitas relações com as sociedades congêneras.

Parágrafo 3º - Criar caixas de previdência social e construção.

Parágrafo 4º - Fundará jornais, bibliotecas, Escolas, inclusive técnicas, profissionais e bem assim tudo que possa instruir e amparar as classes agremiadas (Estatutos Sociais Aprovados em Assembléia Geral de Agosto de 1943)³².

Elemento que nos chama a atenção é o ocultamento visível do caráter festivo da entidade, pois não é feita nenhuma referência durante toda a existência da associação que ela utilizaria da estrutura adquirida, para assim promover atividades de caráter recreativo. Não é mencionado, durante toda a trajetória de reforma e evolução dos Estatutos Sociais, a realização de bailes e festas, tanto em seu aspecto festivo como de política financeira.

Como critério de admissão, ao candidato era exigido que fosse maior de 18 e menor de 60 anos, de bons costumes, exercesse profissão digna e ser proposto por um sócio em pleno gozo de seus direitos sociais. Esses critérios serviriam como barreiras a livre associação e ainda como mecanismos de controle de comportamento entre os associados e candidatos a sócios sendo por isso a entidade modelo, na figura de seus dirigentes, de moral e civilidade.

Tânia de Luca (1990, p. 164) afirma que “impor aos membros um rígido código de ética onde se sobressai o perfil do indivíduo trabalhador, honesto, cumpridor dos deveres faz lembrar o tipo ideal do pobre trabalhador”. Porém, nem sempre essas exigências eram respeitadas com todo o rigor e tais práticas fizeram nascer uma divisão no corpo dos associados, este se compunha de dois quadros sociais distintos e não um todo homogêneo como poderia se imaginar.

A partir desta classificação interna e oficial, encontramos o primeiro quadro social que era formado pelos cidadãos e cidadãs que se enquadravam plenamente nos requisitos exigidos para sua participação na sociedade, ao passo que o segundo, a caixa mutuária, destinado àquelas que não eram de tão honrada moral e às quais só eram garantidos os direitos básicos de assistência funerária, reunia as meretrizes e mulheres desonradas.

³² Destacamos que são os artigos iniciais do regimento interno da agremiação que apresentam seus objetivos, os mesmos desde sua fundação pelo que acompanhamos através de leitura e análise dos estatutos de 1943, 1948, 1999 e 2001.

A utilização do preconceito racial a nós foi indicado, pelo professor Machado, como fator principal da vida associativa, sendo ele apontado como importante elemento para a criação e atuação da entidade, bem como para o recrutamento de seus associados³³. Ao questionarmos nossos informantes sobre questões de cor, todos foram unânimes em dizer que não havia preconceito. Contudo, segundo os mesmos, vale lembrar então que, se essa afirmativa não corresponde às relações internas referentes às memórias sobre os divertimentos ali realizados em que foram relatados fatos que envolvem questões de divisão do corpo de baile através da classificação pela cor (mas não somente ela) em certas áreas do salão social.

Desta maneira, é possível que a mescla da questão racial com a condição social da população “preta e pobre”, ou ainda uma não-distinção entre ambas, tenha feito com que à época, na realidade codoense, fosse a associação mutualista entendida como “coisa de preto”, “coisa de pobre”, sendo estes os contingentes que marcadamente lhe compunham³⁴. No tocante a separação do corpo de baile, como nos informou o senhor ‘Bibita,’ nas áreas do salão menor (‘gente de classe mais alta’) e do salão maior (‘gente de classe mais baixa’) contradiz a resposta negativa a questão levantada sobre preconceito.

Num tem as colunas no meio? Ali ficava as pessoas né? Quer dizer nós dividia, nós mesmo. Do lado do palco onde fica banda. Aquela de cá nós dançava.” “As pessoas de lá eram de categoria mais baixa, a gente achava de categoria baixa e a de cá era mais alta”. “Achava que lá era de segunda categoria e aqui era de primeira categoria³⁵.

Como tratam se de memórias se senhores e senhoras que possam ter vivenciado na pele essa separação compreendemos a resposta negativa para a pergunta, mas ainda recordação da separação do corpo de baile.

Possivelmente, aspectos ligados a questões raciais estão presentes de forma mais clara no COC por ser esta uma entidade de classe, ele também reivindica a identidade de luta para a promoção da valorização do negro codoense, pois ele festeja o dia “13 de maio” com brincadeiras, jogos, teatro e tambor de punga³⁶ desde a década de 1950, realizando atividades de debate sobre questão racial.

³³ Pelo professor Machado foi sugerido uma investigação que contemplasse as questões étnicas afirmando que no passado havia nas mutualistas da cidade essa divisão racial forte chegando a existir Diretorias separadas para negros e para brancos.

³⁴ Entrevista de Ruth Gonçalves Bayma de Araújo em 6/9/2009. Nesta ocasião, relata que a época da sua associação, por volta de 1950, o quadro social era marcado por pessoas humildes sendo bem poucos os integrantes dos demais setores da sociedade. Cita ainda o caso do senhor José Medeiros, eleito diretor (possivelmente presidente), que ajuda na reconstrução do prédio quando naquele ano houve o desabamento do teto e tendo sido marcada sua eleição disputa por ele ser alto comerciante, rico e estar se envolvendo em coisa de pobre.

³⁵ Entrevista de Benedito Alves de Sousa (Bibita) em 12/9/2009. Ver Anexos, foto 5.

³⁶ Tambor de crioula, com toque muito semelhante ao Terecô codoense.

Podemos concluir que nos anos de 1930 e 1940 a entidade era vista como um movimento de trabalhadores e recrutando junto a estes a maioria de seus integrantes, mas não os únicos. Afirmamos ser, entre os trabalhadores, a assistência funerária o motivo maior de associação à entidade, mas descartamos que esse critério também fosse utilizado pelos mais abastados para integrá-la. Descartamos a hipótese de que fosse a função de centro de beneficência, interesse de ordem material, o estímulo direto para a filiação desses indivíduos, já que por sua condição social, não seriam enterrados em esteiras, redes ou caixões de uso coletivo, pois possuíam condições de ter enterros dignos e até mesmo luxuosos.

Passemos a exposição da estruturação do modelo organizativo da entidade. Esta se concentra na formação de uma Diretoria, bem como, da direção da Assembleia Geral na delegação dos poderes de execução e fiscalização da administração do patrimônio social.

Tanto a Comissão Eleitoral quanto os sócios aptos a votar deveriam estar em dia com seu compromisso de pagamento de mensalidade e contribuição mutuária, bem como não dever empréstimos³⁷ à sociedade. Cada um dos votantes realizava assinatura do livro de presença, em seguida, um por vez, colocando na cédula a chapa que lhe agradava e depositava-a, por fim, na urna. Vale a ressalva de que, deste modo, poderia o mesmo associado receber votos para mais de um cargo. O protocolo era semelhante para a eleição das mesas diretoras, porém suas atuações eram independentes, assim como o período de eleição, intercalado de dois em dois anos, e ainda não sendo obrigatória a presença do candidato na sessão.

Por Adhemar Lourenço Silva Júnior (2004) são caracterizados interesses que diferem os tipos de entidade mutual. Segundo defende, são esses interesses materiais e espirituais: os primeiros referem-se à capacidade da entidade em socorrer seus sócios financeiramente e as vantagens financeiras que ela traz; já os interesses espirituais correspondem à capacidade da entidade em promover oportunidades de sociabilidade que fortaleçam a identidade do grupo.

Como pode ser observado, para a perpetuação de uma mutualista, torna-se necessária a mescla entre os dois tipos de interesse na superação do hiato causado pela presença somente de um ou de outro interesse, pois se predominarem os interesses materiais a entidade poderá se tornar apenas mais um plano funerário ou uma companhia de seguros e se predominarem os interesses espirituais será ela simplesmente um “grupo institucionalizado de sociabilidade”.

³⁷ O empréstimo passou a ser suspenso ainda em meados dos anos 1940, ficando garantido o direito do sócio em requerer junto a Comissão de Sindicância da casa o auxílio necessário em caso de doença para seu restabelecimento como provedor de sua família. Tal auxílio correspondia a um valor médio de três meses de tratamento de saúde.

Imaginar inicialmente a forma de organização dessas entidades é acreditar que a noção de democracia seja sua base, pois partiria, ela, de uma associação entre indivíduos que é voluntária e ainda permeada por um caráter pedagógico da própria condição de associado submetido a provas diárias de entrada e permanência naquele meio, porém foi observada a presença de um grupo reduzido dos associados que compunham seu quadro dirigente.

Ocorre então, para isso, a produção de uma escala de valores e que se sustenta por uma “retórica de moralidade” possibilitando aquilo que ele chama de “oligarquização” dos setores dirigentes. Na qual ambos funcionam como mecanismos que tornam possível a reprodução a experiência associativa contribuindo para a compreensão do cotidiano das mutualistas. Por retórica de moralidade, segundo Adhemar Silva Junior (2005), podemos entender os valores (escala de valores) assumidos pela mutual em sua organização junto aos seus associados e que estão ligados à moral, aos bons costumes e também à decência de seus membros, que se reflete como aquilo que define o grupo.

É constatado que a baixa renovação das instâncias de direção indicaria um monopólio por parte dos diretores, impossibilitando assim, dissensos ou os mecanismos que os tornassem possíveis pela livre discussão das questões internas. A variação dos membros eleitos que compuseram tanto a Diretoria quanto a Assembleia Geral da União Artística Operária Codoense é perceptível, mas de baixa intensidade.

O caso mais notório, entre os oligarcas, é o de Pedro Rodrigues³⁸, que aparece como presidente em 1932 e novamente em 1938 e ainda em 1939, 1940, 1941 e 1942. Mesmo não estando disponíveis os registros de ata do intervalo 1932-1937, é sabido que ele esteve à frente da entidade durante este intervalo de tempo, e de maneira ininterrupta, totalizando exatos 10 anos no cargo da presidência³⁹.

Em uma “verdadeira democracia”, cada associado teria a oportunidade de, ao menos uma vez, ocupar função dirigente e assim compartilhar da experiência administrativa. A tendência nessa forma de associação caminha para a direção oposta, pois uma rotatividade grande de sócios nos cargos de diretores significaria caos administrativo Silva Júnior (2005).

Ainda de acordo com esse autor, o resultado da escala de valores que é a oligarquização da entidade, torna possível a condução das questões administrativas, pois os discursos persuasivos que fazem convergir os dois tipos de interesse são produzidos pelos dirigentes dessas entidades. Tal fator torna o ato de assumir cargo para o qual se foi eleito uma obrigação e não apenas um direito, pois significa a consolidação da escala de valores do

³⁸ Ver Anexos, foto 6.

³⁹ Ver Anexos, tabela 5.

grupo e recusá-lo é considerar os demais incapazes de discernir sobre as virtudes que a casa exalta.

O caos administrativo, por assim dizer, seria o risco de a entidade ‘mudar de cara’ ou descaracterizar-se a cada nova gestão ao ponto de não mais conseguir, através dos mecanismos de seu cotidiano, manter ou nem mesmo, atrair seus associados na mescla dos valores de origem material, seu fim primeiro de assistência funerária, e de origem espiritual, enquanto local de divertimentos e sociabilidade.

2.3 Nem sindicato, nem clube: a ação beneficente

A expressão “*Nem sindicato, nem clube!*” foi resposta comum a todos os entrevistados quando foram questionados sobre como definiriam a União Artística. O hiato apontado deriva da própria composição do quadro social, pois esse em momento algum concentrou apenas uma determinada categoria especializando-se em sua defesa junto às forças empregadoras ou ao poder público, como a ação típica dos sindicatos; nem mesmo excluiu de suas obrigações, para com as pessoas reunidas sobre sua bandeira, a prática de ampará-las nas horas de enfermidade e falecimento.

Contudo, o leitor, logo após a justificativa acima busca compreender esse hiato, pois nele se encontram experiências de configuração vasta que sozinhas não seriam suficientemente esclarecedoras. Para isso torna-se necessária a comparação possível entre o cotidiano da União Artística e de outras entidades do modelo mutual.

Tânia de Luca (1990, p. 21) afirma, após seu levantamento sobre o mutualismo paulista e “frente à grande quantidade de sociedades encontradas, que foi necessário buscar critérios que permitissem agrupá-las em subconjuntos menores.” Na qual a análise dos objetivos expressos nos estatutos dessas entidades levar-nos-ia a considerar todos pertencentes ao grande conjunto indiferenciado de mutuais sendo necessário, assim, encontrar na própria organização das entidades critérios que as diferenciasses umas das outras.

A maneira do recrutamento de seus associados traz à superfície essa possibilidade, na medida em que:

A diversidade e riqueza do mutualismo afluam, tomando possível distinguir seis grandes conjuntos de sociedades de socorros mútuos: as *sociedades organizadas por empresas*, que recrutavam seus sócios em função do local de trabalho; as *sociedades organizadas nos órgãos públicos*, que congregavam os indivíduos prestavam serviços ao Município, ao Estado ou à União; as *sociedades organizadas por categorias profissionais*, que eram constituídas por trabalhadores que exerciam o mesmo ofício; as *sociedades organizadas por etnia*, formadas por imigrantes,

migrantes ou negros; as *sociedades organizadas por bairro*, fundadas por moradores de uma mesma região da cidade e finalmente as *sociedades abertas*, que não impunham tipo de restrição para a admissão de sócios (LUCA, 1990, p. 34-37).

Buscamos com isso evidenciar que o conjunto multifacetado do mutualismo não é um campo tão seguro de investigação, mas sim, objeto sobre o qual podemos incorrer em erros, caso nos neguemos a perceber cada elemento novo e suas particularidades nesse tipo de associação.

É na contramão dessa observação que segue Silva Jr. Sua crítica reside no modo como a literatura procura tipificar as experiências mutualistas, e isso resulta de duas ações, onde a primeira consiste em tratar os casos de mutualismo como um mesmo tipo de fenômeno e a outra que é “conceber entidades diferentes em função das diferentes naturezas dos grupos sociais (etnia e classe)” e que “tem sido posição frequente entre pesquisadores da história do trabalho no Brasil e em outros países” (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 24).

A crítica direcionasse ao trabalho considerado inaugural acerca do mutualismo que serviu de modelo para as investigações, concentradas nessa forma de associação, realizado pela já mencionada Tânia de Luca. O seu, *Sonho do futuro assegurado* foi, por um período considerável, uma das obras nacionais que serviram de base e inspiração para estudos sobre entidade não-sindicais tendo sido possível que as limitações daquela obra tenham sido transmitidas a toda uma geração.

Ele ainda diz que a diferença real entre essas agremiações encontra-se na crença na continuidade de entidades mutuais na virada do século XIX para o século seguinte, pois seriam as primeiras entidades de trabalhadores e regidas por essa identidade, ao passo, que as entidades nascidas a partir de 1901 teriam como orientação a construção de identidade entre grupos étnicos, no caso do Rio Grande do Sul, e que seria possível uma homogeneização do tipo mutual.

De modo diferente, de parte considerável dos autores, Silva Júnior, acredita que os indivíduos associados a mutuais não estariam em busca de estratégias públicas (agente coletivo) de superação das dificuldades diárias, mas sim que dispensariam relações horizontais de estratégias privadas (agente individual) para a promoção de saídas a esses entraves, mesmo que para a perpetuação da agremiação seja necessário que ambas as estratégias coexistam, assim como os interesses (materiais e espirituais) que lhes originam. A ação beneficente, mas não de caridade - como frisaram os entrevistados, seria dessa forma, o principal elemento de motivação do ingresso e permanência do sócio.

Classista ou aberta? Com mais aspectos de sindicato ou mais aspecto de clube?

A resposta vem inicialmente de maneira quase que imediata: classista.

Dos tipos de mutuais descritos por Luca (1990), dois grandes grupos se evidenciam, as mutuais com relação direta ao mundo do trabalho e as que não tinham a relação capital-trabalho como ponto de sua referência. A UAOC reivindica-se entidade de trabalhadores segundo seus estatutos e memória social. Ela vivencia essa sua faceta de modo pleno? Insistimos na questão por não enxergar tão claramente como se evidenciam tais aspectos na entidade.

Em quadro organizado sobre os objetivos das mutuais paulistas do período de 1890 a 1930, Tânia de Luca, elenca algumas dezenas de objetivos referentes à formação e atuação daquelas entidades. Lá encontramos os objetivos oficiais, destacados pela União Codoense, e que estão entre os mais comuns observados nas mutuais paulistas (como: fazer funeral dos sócios; prestar auxílios aos doentes; fornecer medicamentos; propiciar instrução; zelar pela união e interesse dos sócios; manter relações com entidades congêneres) e ainda os evidenciados pela prática da entidade (propiciar lazer, prestar assistência jurídica, prestar auxílio a desempregados, procurar emprego para os sócios) sendo estes compreendidos por nós como seus objetivos não-oficiais.

E no intuito de podermos prosseguir, de modo breve diríamos que a experiência desta entidade mutualista de trabalhadores em Codó pode ser entendida como uma experiência mista entre os caracteres classista e aberto. Entre o clube e ainda o sindicato.

A casa não se fecha de modo completo através de seus mecanismos de controle e por outro lado não se abre plenamente para a livre associação. E mesmo que o cotidiano dessa comunidade tivesse seus momentos de embates e conflitos, foi através do controle rígido de seus associados (por meio do modo de ingresso e permanência, com constantes ameaças de perda do status de sócio) que um contingente significativo de codoenses estavam sujeitos a um conjunto de normas que visavam seu bom comportamento moral (contingente formado por empregados e patrões, operários e industrial, artífices e aprendizes).

Nasce da mesma heterogeneidade, que marca o grupo de associados, a dificuldade em classificá-lo. Essa dificuldade torna possível a nossa compreensão de que o fenômeno mutualista na União Artística guarda elementos tanto de caráter classista, mas também de uma entidade aberta permitindo que setores diferenciados da economia e da sociedade viessem dela fazer parte.

Averiguando o dia-a-dia de sessões da UAOC percebemos que durante boa parte do tempo, viveu ela, centrada em suas questões e demandas internas (os interesses sociais) como

se não se relacionasse com uma realidade imediata do cotidiano da cidade em que está situada e ainda da realidade nacional.

Aos olhos do Estado e entre os próprios trabalhadores, as mutuais, mesmo buscando uma imagem/identidade própria e afastada do sindicato não seriam completamente diferentes, deste último. Coexistindo na trajetória das classes trabalhadores é provável que as formas de associação tenham concorrido no recrutamento dos seus membros e essa disputa poderia ter sido também estimulada pelo Estado, pois a impressão inicial deste sobre o mutualismo aproximava-se mais do clube do que do sindicato.

Para os associados, é a ação beneficente, o argumento e o elemento diferenciador entre tais formas de associação. Contudo, nos dias de União as beneficências não provinham apenas das contribuições, leilões e pagamentos estatutários, pois a entidade buscou uma maneira digamos, mais animada, de realizar a manutenção do patrimônio social garantindo a realização de suas primordiais atividades.

Observá-la por meio de seu caráter previdenciário, como a definição que já foi apresentada, é possibilitar caminhos para perceber como a sua própria existência é gestada através de elementos que funcionam como filtros que trabalham a favor da organização interna – retórica da moralidade e oligarquização. Porém, como podemos observar, a realidade de uma mutual não se encerra em beneficências. Ou dito de outra maneira, há todo um desenrolar de ações coletivas e individuais entre os sócios e a entidade que possibilita a concessão de benefícios.

Muitos dos entrevistados foram categóricos em afirmar que “sindicato é outra coisa”⁴⁰. Concentrando-nos no que respeita as mutuais, pergunta similar realizada durante as entrevistas, a indagação de ser a União um clube causou reações não esperadas nos entrevistados, porém apenas dois deles, Jacob Almeida e Domingos Paiva, deixaram de responder a questão. Aos demais coube responder em sua maioria sim e a Ester Coqueiro, Wildelano José, Antônio Lourenço, Galdino Bispo e Albino de Jesus Braga a negativa acerca da questão, pois enfocaram somente a beneficência como característica definidora da entidade.

Mesmo quando nossos entrevistados afirmaram não ser a entidade um clube, mas também sê-lo, revelam em suas falas a percepção do caráter de beneficência da associação por mais que ainda frisassem sua função de centro de diversões. “Na ausência de um estado promotor do bem-estar social e de políticas de previdência, essas associações preenchem uma

⁴⁰ Entrevista de Raimundo Ribeiro Serra em 2/9/2009.

importante lacuna” na medida em que surgem e se proliferam proporcionando “amparo aos desvalidos dos mais diversos matizes, garantindo mesmo que parcialmente, a aposentadoria dos trabalhadores, se constituíam como espaços de lazer e solidariedade, contribuíam como reforço de identidades coletivas” (VISCARDI, 2003, p.1).

Outra característica que se sobressaiu nesse momento das entrevistas foi o orgulho percebido entre os sócios aposentados da União em terem participado de um tipo diferenciado de entidade de trabalhadores - da qual só podia se falar bem. Embora nenhum deles tenha conseguido formular uma explicação clara e objetiva sobre organizações do tipo mutual eles tentaram fazê-la pela negação, dizendo aquilo que a casa não é.

O elemento definidor da atuação da entidade - a beneficência – se tornava possível por meio dos mecanismos de arrecadação utilizados pela entidade que lhe possibilitavam assistir seus membros. Eram seus amparos mais comuns isenções em caso de doença; ajuda médica e farmacêutica; auxílio doença; auxílio judiciário; enterros; escolarização e cursos, e ainda lazer.

Segundo suas normas, era previsto a) contribuição ao ser admitido sócio com pagamento da “jóia” orçada em 6 mil-réis⁴¹ b) mensalidades de 1 mil-réis⁴² c) contribuição funerária de mais 1 mil-réis por cada sócio falecido, assim o membro associado colaboraria com as obras e ações da entidade. Com a mudança da moeda nacional, nos últimos meses do ano de 1942, os Estatutos trazem a correção do valor para Cruzeiro ficando os valores das mensalidades e contribuição para pecúlio Cr\$ 1,00 cada uma e que após maio de tiveram seus valores elevados para Cr\$ 2,00 sendo possível que a jóia também tenha tido seu valor reajustado, pois ela encontrava-se no valor de Cr\$ 8,00 naquele ano. Essas contribuições, como quantias acessíveis aos associados, decerto, devem ter sido calculadas tendo como referência o salário mínimo da época que gira em torno de Cr\$ 275,00⁴³.

Constantes são os registros em ata que trazem entre seus assuntos para a sessão da Diretoria a prestação de contas sempre referentes às arrecadações realizadas pelo cobrador da entidade para quitação de mensalidades e contribuições pecuniárias ou ainda algum baile, lista de arrecadação ou leilão.

No tocante ao baile, e sua importância para a entidade, foi salientada nas falas a possibilidade de se adquirir renda com as festas para, assim, melhorar as contas da entidade e o que nos leva a pensar que tais eventos seriam muito frequentes por sua importância

⁴¹ Ata da Diretoria de 5/9/1938.

⁴² Ata da Diretoria de 29/8/1938.

⁴³ DIEESE. Valor referente ao mês de julho de 1943.

econômica. De modo curioso apenas eventos em época de carnaval, 1º de Maio e Fim de Ano e algumas recepções a diretores e visitantes figuram entre os registrados no caderno de ata da Diretoria, tanto informando de sua realização futura quanto de sua prestação de contas.

Pelas afirmações dos entrevistados fomos levados a crer que competiam em pé de igualdade ambos os mecanismos de arrecadação onde podemos concluir que as medidas oficiais e legais tinham auxílio da via alternativa de captação de recursos, principalmente por que o tempo que investigamos é marcado pela pressão de ver construída e, sobretudo, terminada a sede oficial e que fez necessária a criação de um caixa-construção para alocar recursos destinados exclusivamente a finalização do prédio.

Contudo desconhecemos se este artifício de recorrer à organização de bailes é uma medida prevista nos Estatutos, porém ela instituiu-se como prática dentro da organização interna quando desde sua fundação realizou-se festa comemorativa do Dia do Trabalho em 1932.

2.4 O mutualismo aos olhos do Estado Vargasista

É notória a intervenção da Era Vargas na organização dos trabalhadores e que pelos estudiosos recebeu o nome de trabalhismo, populismo e ainda varguismo. Segundo as leis da época, tal intervenção, direcionou-se especificamente aos sindicatos, federações e confederações de representação classista.

Como apresentado através de seguintes artigos da Constituição de 1934: “Art 120 - Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei.[...] e Art 122 - Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho[...]”; e, na Constituição de 1937: Art 138 - A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público [...].

Foi ainda nos momentos iniciais do Governo Provisório que a atuação sindical deixou de ser livre para respeitar normas federais através da Lei 19.770, de 19 de Março de 1931, que versava sobre a Sindicalização.

Art. 1º Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições:

- a) reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos;
- b) maioria, na totalidade dos associados, de dois terços, no mínimo, do brasileiros natos ou naturalizados;
- c) exercício dos cargos de administração e de representação, confiado à maioria de brasileiros natos ou naturalizados com 10 anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitidos estrangeiros em número nunca superior a um terço e com residência efetiva no Brasil de, pelo menos, 20 anos;
- d) mandato anual em tais cargos, sem direito à reeleição;
- e) gratuidade absoluta dos serviços de administração não podendo os diretores, como os representantes dos sindicatos, das federações e das confederações, acumular os seus cargos com os que forem remunerados por qualquer associação de classe;
- f) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações.

Art. 2º Constituídos os sindicatos de acordo com o artigo 1º, exige-se ainda, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e que adquirirem, assim, personalidade jurídica, tenham aprovados pelo Ministério os seus estatutos, acompanhados de cópia autêntica da ata de instalação e de uma relação do número de sócios com os respectivos nomes, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e lugares ou empresas onde exercerem a sua atividade profissional.

Art. 6º Ainda como órgãos de colaboração com o Poder Público, deverão cooperar os sindicatos, as federações e confederações, por conselhos mistos e permanentes de conciliação e de julgamento, na aplicação das leis que regulam os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões, operários ou empregados.

De que maneira as associações mutuais, mas, sobretudo, a União Artística, vivenciou essa relação?

Aspecto da atuação da casa muito destacado pelos entrevistados foi o silêncio em relação às questões político-partidárias dentro da entidade. Realmente dentro, pois o assunto era permitido logo após os associados saíssem de seus portões. Nascendo a entidade em meio a esses eventos, essa postura talvez pudesse estar em consonância com a Lei de Sindicalização de 1931 que exigia na letra f de seu Artigo 1º, a abstenção dos debates partidários ou contrários ao regime.

Mesmo parecendo alheia aos eventos de ordem nacional em alguns episódios pudemos observar a entidade se aproximar de modo tímido das questões do período. Como foi observado nas Atas, a década de 1940 fez surgir questões ligadas a política trabalhista de Vargas como a tentativa de Sindicalização, obtenção de Carteiras Profissionais pelos associados por intermédio da Delegacia do Trabalho tratadas entre as pautas.

É necessário que nos lembremos da divisão tradicional da história operária no Brasil, em períodos evolutivos, pois, segundo ela, estariam o mutualismo e o sindicalismo separados. Não havendo, entre eles, uma existência simultânea, onde o primeiro corresponderia à economia de antes da abolição da escravatura e este último seria a aquisição de consciência e postura reivindicatória da classe trabalhadora mediante a implantação de relações capitalistas de trabalho no país.

A assertiva da coexistência dos fenômenos cabe à situação vivida na capital do Estado (São Luís). Jorge Ferreira (1996) nos mostra um quadro em que entidades de caráter combativo passam a ser criadas nos anos de 1930. A partir de 1931, sob o signo da palavra “sindicato” e juntamente com as uniões, associações e grêmios oriundos da década anterior passam a representar as classes trabalhadoras de São Luís. Mas curiosamente, entre os trabalhadores codoenses somente entidades não-sindicais agrupavam nesse período – não existindo nenhum sindicato na cidade – quando num contexto mais amplo tanto do Estado quanto do país temos o embate direto entre o governo central e as entidades classistas de trabalhadores.

O que percebemos sobre o operariado da capital é que não ficam claras as motivações que levam a “evolução” das “uniões” para os “sindicatos” a não ser a da própria lei. Revelando, ou de maneira menos taxativa, observando ter os trabalhadores nacionais uma movimentação não homogênea no que se refere às suas etapas de atividade e mobilização por garantia de direitos e melhores condições de vida.

Encontra-se em pleno Estado Novo (1943), sob a interventoria de Paulo Ramos, o esforço da União em obter certificação dos órgãos governamentais competentes para seu funcionamento, sob pena de, não sendo efetuado o referido registro, ter suas atividades suspensas e sua sede social fechada. Decerto, fazendo parte da própria cidade como local em que seus habitantes iam se divertir e participar de seus momentos de decisão, a União não iria se deixar estremecer, mesmo sob ameaça.

Mesmo não dando origem a nenhum sindicato, as tentativas para este fim foram sim feitas e encontramos duas delas (acreditamos que tenha havido outros esforços nesse sentido) ainda entre os anos que investigamos.

A primeira delas referia-se à construção de um sindicato da construção civil na cidade entre os associados da mutual que data de 1938. Residindo em Rosário, o sócio e idealizador da casa, Abdias Antônio dos Santos em carta direcionada à entidade⁴⁴ afirmava ter tido

⁴⁴ A carta foi lida na sessão de 24 de outubro de 1938.

entendimento com o Inspetor do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sobre a sindicalização da classe dos construtores civis, sendo a idéia apoiada pelo Presidente [Benedito Machado], porém mesmo sendo discutida em sessão posterior, com nova leitura da carta, o que se apresentava como ponto central era o fortalecimento da entidade mutual e o término da sua sede social que naquele ano somente começara a ser construída.

O outro momento em que isso ocorre, dentro da organização inicial possibilitada pela União, é apresentado entre os anos de 1943 e 1945. A reforma do estatuto solicitada ainda em 1942 e efetivada no ano seguinte, inicialmente sem nenhuma conexão com o mundo lá fora e a realidade em que estava inserida a própria entidade, se mostra em certa conexão com o ambiente político do país, o que vai aos poucos demonstrando como se fez sentir o governo de Vargas em terras codoenses.

A “novela da sindicalização” da União se inicia ainda por volta do primeiro semestre de 1943 quando pelo presidente, Alcides Sousa, foi enviada uma relação contendo os nomes e as respectivas profissões de todos os sócios da agremiação para a Delegacia Regional do Trabalho (em São Luís). Ele informa ao companheiro Francisco Paula da Motta (que em sessão do dia 6 de agosto, daquele ano, o questionou sobre a pauta), bem como aos demais associados, que até aquele momento não havia recebido nenhuma decisão sobre o registro da associação junto àquela instância⁴⁵. Onze dias depois, porém, encontramos uma sessão da Assembléia Geral para tratar exclusivamente desta questão com a presença do Delegado Regional do Trabalho.

Sob a presidência do 2º Secretário da Assembléia Geral, Raimundo Guilhon do Amaral, segue a sessão:

[...] e tendo numero legal para funcionar os trabalhos foi aberta presente sessão que tinha por objetivo a Sindicalização (sic): O Sr Raimundo Guilhon do Amaral começou a falar pela estadia do Dr. Alcimiro Sait-Clair Delegado Regional que cujos motivos já é conhecidos por todos os sócios que é a Sindicalização da nossa sociedade, e também o praso (sic) daquela data , 29 de junho a 30 de setembro, deste, o senhor presidente explicou aos sócios, que é nosso dever cumprir as ordens do Governo, para termo apoio das Autoridades do País (sic) e a nossa Sociedade ficar garantida e sem receio que nos seja autorizado (sic) a nossa prospera e grande União. Foi lido pelo consocio Antonio Lourenço Lima os artigos do Sr. Delegado Regional tudo bem claro e compreincível (sic) para que todos fiquem a par de todo o movimento. O Sr. Presidente [Alcides Sousa], disse a todos os presentes que já tinha enviado ao Ministério do Trabalho as relações dos sócios e até esta data nenhuma notícia tinha vindo, já tinha se escrito telegrafado e não tinha resposta [...]⁴⁶.

⁴⁵ Ata de Sessão da Diretoria de 6/8/1944.

⁴⁶ Ata de Sessão da Diretoria de 17/8/1944.

São nessas duas sessões onde registramos o recorde de 36 associados reunidos para discutir assuntos de interesse social, mas deve ser lembrado que já beiravam a margem de 500, os sócios da União⁴⁷.

No episódio acima vemos expressamente que tipo de argumento, podemos assim dizer, era utilizado para as entidades que nasciam, se organizavam ou reorganizavam sob a égide do governo Vargas e suas leis do trabalho, na década de 1940: fechamento de suas sedes, impedimento de exercer suas funções e a própria perda de legitimidade de sua atuação que, por vezes, já acumulava anos, como o caso da própria União.

Ainda na sessão do dia 17 de Agosto foi decidido, por votação, que um sócio deveria ir até a capital averiguar o porquê da demora de um parecer por parte das autoridades e é ao Presidente da casa [Alcides Souza] incumbida a tarefa de deslocar-se a São Luís a fim de representar a entidade perante aquele órgão. Contudo, na volta de sua viagem, em sessão para sua recepção, somente faz demonstração do material de escritório adquirido para a entidade em gráfica da capital.

Não há evidências de que tenha sido positivo o deslocamento do senhor Alcides até o centro do governo do Estado por não ser comentada nenhuma notícia (positiva, ou mesmo negativa), a respeito. Somente nos festejos de abril de 1945 (oito meses depois) pode se visualizar a concessão do almejado registro. Data de 15 de Abril daquele ano, a leitura em sessão das cartas que seriam enviadas ao Ministério do Trabalho e à Comissão Técnica de Orientação Sindical, na pessoa de João Ribeiro M. Machado, em agradecimento a concessão do registro que garantia o funcionamento da entidade.

A correspondência entre a entidade e o interventor federal versava sobre a concessão de benefícios àquela primeira por meio dos mecanismos de subvenção do governo do Estado que naquela década agraciou algumas entidades de mesmo tipo. Cabe destacar que observamos ações dessa ordem na década de 1940, onde o governo agracia entidades filantrópicas e beneficentes com isenções ou importâncias em dinheiro, e que só cresce entre 1943 e 1945, momento em que, por fim, a mutualista codoense também entra para o rol das entidades que tem no governo do Estado um grande sócio benemérito.

Cerca de um ano depois da última tentativa para obtenção de registro é, apenas em novembro de 1945, que a União Artística Operária Codoense, consegue por meio de um decreto o direito de receber subvenção que vinha sendo solicitada já há bastante tempo junto

⁴⁷ Ver Anexos, tabela 6.

ao governo do Estado⁴⁸. Nesse meio tempo (entre agosto de 1944 e novembro de 1945) a Diretoria encaminha telegramas e cartas a Paulo Ramos solicitando ajuda do governo do Estado para as obras da entidade, que frisa sempre em suas respostas, a necessidade de que possuía a entidade toda documentação exigida para que o governo assim proceda.

Mesmo as normas internas passam por certas mudanças nesse período. Acreditamos que o debate mais detalhado acerca da reformulação das normas da sociedade tenha ocorrido na instância da Assembléia Geral (e destas tivemos acesso a pouquíssimas atas).

Percebemos certa correlação entre o Estatuto de 1943 e a Consolidação de Leis Trabalhistas, do mesmo ano. O que nos leva a imaginar essa proximidade é a ampliação do mandato da Diretoria que então passa de anual para trienal, assim como a idade mínima de admissão passa a ser de 18 anos, ambas as resoluções previstas na referida compilação de leis. Outro fator que nos leva a cogitar a aproximação das normas da casa com a C.L.T. é a proibição legal de propaganda de crenças políticas e religiosas dentro das entidades e que se concretizou com a impossibilidade de os associados poderem expor suas preferências políticas dentro da sede social.

Apesar desta saga em busca do registro sindical, não acreditamos que em algum momento tenha sido a intenção dos dirigentes e do corpo de associados transformá-la em um sindicato ou um “verdadeiro sindicato”. É provável que a consequência da legalização de seu funcionamento segundo as normas da legislação federal tivesse como único fim a isenção de impostos e a possibilidade de adquirir verbas para a casa junto a administração estadual além da continuidade da associação.

A afirmação está embasada na constatação empírica de que a União não atuou nem mesmo por um dia como entidade exclusivamente trabalhista e continuou, desde aquele período até os dias de hoje, cumprindo suas funções de beneficência e previdência mutuária.

Essa busca pelo registro sindical, exigido pela burocracia do Estado para a permanência das atividades sociais, ilustra perfeitamente o que Silva Júnior (2004) entende ser as estratégias públicas, em que o agente coletivo da instituição busca mediante seu prestígio com o grupo defender seus interesses relacionados a terceiros, nesse caso, o governo federal e a questão da legislação trabalhista.

Anteriormente expusemos que o embate direto foi dispensado pela entidade para que esta mantivesse dialogo com o seu tempo. Cabe perguntar: como se dava a relação da entidade com o poder local, suas congêneres e entidades sindicais?

⁴⁸ Decreto nº 326, de 21 de novembro de 1945. Diário Oficial do Estado do Maranhão, de 22 de novembro de 1945.

Devemos situar a presença do senhor Pedro Alexandre Rodrigues naquele momento em Codó e quem nos ajuda aqui é Delcineide Ferreira (1996). Baseado em seu estudo, somos levados a crer, tendo ainda como base as entrevistas, que seria ele, personagem ativo naquele momento de agitação política junto às entidades da capital, e seu deslocamento para o interior do Estado constaria como uma medida punitiva de seus superiores por aquela conduta. Antônio Lourenço Lima recorda ainda que seria o referido sócio filiado ao Partido Republicano, e militante em sindicatos.

Encontramos no relato sobre a presença daquele sócio uma das possibilidades de vislumbrar o contato e/ou relação do poder local com a entidade. Foi-nos feito o relato, por Almeirinda Baima e Antônio Lourenço, de que foram várias as tentativas para aquisição do terreno da sede social e que o coronel Sebastião Archer colocou dificuldades na busca da propriedade, o que nos leva a crer que o seu poder de intervenção no cotidiano da cidade não se resumia somente à Cidade Alta (área em que ficavam a fábrica e sua residência), possuindo também terrenos e casas na região central da cidade.

Mais ainda, entre os anos de 1937 e 1940⁴⁹, Sebastião Archer teria exercido o cargo de prefeito municipal e coincidindo com o momento em que a casa empenha esforços para a efetivação da obtenção de uma sede própria que viesse findar com a mudança de endereço que marcou esse início da organização da casa e de seus membros e que segundo os relatos pertenceriam esses homens (Sebastião Archer e Pedro Rodrigues) a grupos políticos⁵⁰ divergentes, o que resultou em entraves burocráticos na procura da União por uma sede social definitiva.

A postura do prefeito Archer distancia-se do que até agora estamos destacando como corriqueiro na relação ‘poder e mutualista’, pois através dos meios possibilitados por sua posição política ele contrapõe-se abertamente aos trabalhadores locais, desse modo, demonstrando que mecanismos diretos de intervenção poderiam ser utilizados nesse contato.

Houve ainda, em 1944, contato com o prefeito, Raimundo Roland, que fez comunicação oficial de sua nomeação e posse, além convite para festividades do calendário oficial do país (Sete de Setembro), episódio em que percebemos orgulho nacionalista na Diretoria da casa, assim como pode ser percebido quando a entidade recebe o Delegado Regional do Trabalho a fim de sindicalizar-se. O poder local mostra respeito e acima de tudo

⁴⁹ Machado (1999, p. 46) e Buzar (2001, p. 415) discordam quanto ao período exato da administração de Sebastião Archer, mas em ambos os casos estão compreendidos os anos de 1937 e 1938 (aquisição do terreno e início da construção do prédio).

⁵⁰ Em uma de nossas conversas Antonio Lourenço relatou que “seu” Pedro era do Partido Republicano e Sebastião Archer seria filiado ao Partido Social Democrata.

reconhecimento pela representatividade da agremiação junto à população ao informá-la de suas ações e comemorações.

Tendo como base este mesmo episódio, não fica clara a relação que a entidade mantinha com os políticos da região, pois, de um lado, oficialmente ela se exime de um posicionamento sobre questões de política e, do outro, não só recebia esses agentes na sede social, em seus bailes e solenidades, como a eles solicita favores – vide a narrativa do registro conseguido com ajuda do Interventor Federal no Maranhão, Paulo Ramos.

Mesmo não intencionando uma comparação em relação ao operariado nacional ou estrangeiro podemos afirmar, nesse momento, que o comportamento da classe trabalhadora codoense no período apresenta-se de modo diferenciado a experiência paulista, por exemplo, onde coexistiam mutuais e sindicatos sendo o caso codoense, de modo contrário, não incompleto ou limitado, mas sim onde podem ser observados outros meios pelo quais o operariado relacionou-se com os dirigentes de governos e órgãos nascentes, com as armas que lhes eram possíveis.

Vemos que com a aproximação de 1945 entidades sindicais de outras cidades passam a oferecer solidariedade a União como o caso da Associação Profissional dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, e trabalhadores da Indústria de Confecção de Roupas em Caxias, em 1944, e a Associação Profissional dos Enfermeiros, já em 1945. No primeiro caso, é informada a eleição da nova gestão da casa para o biênio de 1944-1946; e no segundo a entidade informa a União Artística de sua sindicalização, porém desconhecemos se apenas ocorreu a solicitação ou se concretizou a aquisição de registro. O contato com as congêneres parece ter sido mais intenso e é observável pela frequência com que trocavam correspondência e mesmo realizavam visitas à entidade codoense. Constam entre as mutualistas com quem a UAOC manteve contato nesse período a União Artística Operária Caxiense, o Centro Proletário Caxiense, União Artística Operária do Município de Dom Pedro II, Centro Operário Maranhense e Centro Proletário de Teresina.

As motivações gerais giravam em torno da solidariedade entre as mutuais com a troca de informações sobre eleição e posse das gestões de suas diretorias, havendo ainda a solicitação às mutuais das capitais do Maranhão e Piauí que procurassem saber junto aos médicos dos hospitais daquelas cidades notícias sobre seus associados que se encontravam em tratamento.

A aproximação do Estado com tais entidades pode ser entendida como complemento a ação de intervenção do mesmo naquelas constituídas em sindicatos, pois impediriam que os trabalhadores se organizassem livremente quaisquer fossem a forma por eles utilizada. Porém,

esta mesma aproximação não se concretiza como um controle rígido da atuação das entidades de socorro mútuo, como se não fossem vistas enquanto opositoras ou perigosas ao regime, ou mesmo, que suas práticas recreativas como bailes, piqueniques e passeios contribuíssem para a despolitização dos operários.

Capítulo 3. Mesmo fora do sindicato, somos classe!

O devir revolucionário atribuído por muito tempo como aspecto fundante da classe trabalhadora foi tido como primordial para sua existência, mas, sobretudo na análise de sua condição, porém insistimos que essas predileções dos pesquisadores mais contribuíram para naturalizar preconceitos do que explorar o vasto campo da vida operária. Basta consultarmos a trajetória dos trabalhadores no decorrer do século XX, ainda na sua primeira metade, para observarmos o modo como ela foi diversificada.

A existência paralela das práticas associativas, mutualista e sindical, no referido momento e as disputas por legitimidade entre aqueles indivíduos colorem a impressão inicialmente monocromática da identidade de classe. Fazem ainda pensar sobre os mecanismos utilizados pelos grupos envolvidos na construção dos discursos que buscavam a hegemonia interna visando a representação da própria classe em última instância.

Organizada na forma de partido e tendo como base a experiência real do socialismo na União Soviética a teoria que sustentava essas argumentações, calou-se diante dos silêncios dos autores iniciais da mesma, nas figuras de Marx e Engels, como afirma Thompson (1981, p. 181)

[...] Aleguei que próprio Marx ficou preso, durante algum tempo, na armadilha dos circuitos do capital – uma imanência que se manifesta em “formas” – e que só em parte escapou a essa armadilha em *O capital*. É a ela (...) que a prática teórica retorna tão ansiosamente; é do coração dessa armadilha que Althusser extrai sua autoridade textual, e ele quer nos fazer voltar a prisão conceptual (modo de produção = formação social) que havia sido imposto a Marx pelo seu antagonista burguês.

A crítica realizada acima é apresentada para expor a urgência que havia em na superação em associar o trabalhador somente ao mundo do trabalho e a recusa em conceber a classe por meio de suas vivências culturais. A exigência da observação da sociedade e as lutas que as movimentam através do filtro econômico – o modo de produção – apenas aprisionava os agentes sociais em relações estanques entre os centros de poder, representado pelo capital, e ainda os círculos a que eram impostas normas culturais, sócias, morais e de comportamento, representado pela força de trabalho.

Faltaria uma “genética” para a base teórica e esta teria que ser buscada. O que se descobriria, ao buscá-la, seria a falta/ausência com que havia trabalhado, até então. O modo de produção, categoria conceitual e de análise a disposição da teoria não possuía valores para relações e situações do âmbito cultural, da vivência social daqueles atores, e por isso colocava a experiência humana como o termo ausente. Ao realizar a defesa da utilização do termo,

Thompson (1981, p. 182) intercede pela reabilitação de observar homens e mulheres como sujeitos.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura [...].

Consciência e cultura são outros termos e categorias com os quais o autor se diz comprometido em sua defesa, pois complementam a ação de reabilitação da vida operária. Aquilo que Thompson (2009) define por “chamamento” exemplifica a nova postura dos autores frente à organização dos trabalhadores e sua capacidade de participação política. Aquela categoria dentro da produção de Althusser em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* seria o recurso “pelo qual o Estado, através de seu aparelho ideológico (‘religioso, ético, legal, político, estético, etc) grita para os indivíduos: ‘Ó você aí!’

Seria necessário apenas esse movimento para que fossem cooptados os homens e mulheres trabalhadores, como defende Ferreira (2001) ao utilizar-se das interpretações de Thompson, não considerando que para os operários apoiarem Vargas ou qualquer outro líder autoritário/carismático seria necessário a obtenção de respostas à algumas de suas demandas, ou que entre eles houvessem interesses comuns.

Se nos é permitido dizer, os relatos de nossos entrevistados não fazem menção à imagem do presidente Vargas como ditador ou algo próximo da postura autoritária que aquela palavra carrega e que a literatura empenha-se em frisar. Para aqueles homens e mulheres da União seria Getúlio “o melhor presidente que esse país já viu”⁵¹. A informação ratifica a teoria defendida, por Ferreira (2001), pois complementar a ela aparece a palavra (categoria) de “negociação” que era utilizada tanto nas relações internas, mas ainda, na relações externas com os agentes políticos, principalmente.

Os relatos sobre a busca pelo registro sindical ocorrido durante o Estado Novo e a maneira cortês como o interventor trata o pedido da entidade, aliada a escala de valores que possibilita a “oligarquização” dos dirigentes, mas sobre tudo esta última, fazem compreender como a entidade construiu para si uma imagem própria daquele momento.

Sendo a luta de classes o motor da história, como defende Althusser, e ainda sendo toda luta de classes uma disputa de valores simbólicos na compreensão de Thompson, está

⁵¹ Palavras de Almeirinda Baima repetidas, nas variações possíveis, pelos demais quando exaltavam a importância do presidente e sua preocupação com os trabalhadores do país pela “doação” a estes da legislação trabalhista.

colocado que não só a disputa entre setores antagônicos, na economia, movimentam o cotidiano dos trabalhadores .

Adiante, retornarei aos mecanismos da organização política da entidade para, enfim, discutir a questão da consciência de classe na mesma.

3.1 A questão social da União

Caberia apresentar, antes de concluir sobre a existência ou não da consciência de classe entre os associados da União Artística, os meios empregados para recrutar associados e efetivar junto a eles sua atuação. O modo como a cidade maranhense vivenciou os dias da Era Vargas serve para indagar como as experiências diferenciadas daquele período efetivaram-se nos mais variados lugares do país.

Novas considerações sobre a função da entidade necessitam ser realizadas, pois se referem diretamente aos seus mecanismos de recrutamento. Desenvolver atividade digna, ser maior de idade e de comportamento respeitável não eram apenas critérios para a admissão no quadro de associados, mas expunham os valores em disputa entre as classes sociais – dentro da União e ainda desta com a realidade ao seu redor.

Ser parte da base de um sistema econômico que naturaliza a exploração de uma maioria em prol de ócio de número reduzido de indivíduos, mesmo nos dias de hoje, é uma situação incômoda para muitas pessoas pelo reconhecimento da condição subalterna a que estão expostas e que não é diminuída com a promessa da superação dessa condição através dos mecanismos desta mesma sociedade. Os eventos aqui analisados concentram-se no período do Estado Novo e seu aliciamento dos trabalhadores, nesse momento há verdadeira campanha estatal para valorizar a imagem daqueles homens e mulheres e com essa ação se buscava amenizar as disputas no seio da sociedade brasileira, porém as intenções do governo esbarravam, na atuação dos trabalhadores, na condição de classe.

A exigência de exercício de profissão digna que traz em si embutida a ideia de decência - entendida como primordial enquanto critério para ingresso nesse tipo de entidade - não teria sido considerada para que fossem admitidas como integrantes da corporação as moças de casas como a de Maria Borges⁵² ou que mesmo tendo uma profissão, como o caso de Cecília da Costa Ribeiro, que se declara doméstica em sua proposta ao quadro social tem

⁵² Segundo os relatos que ouvi de minha avó paterna na infância, seria esse um dos puteiros mais famosos e frequentados da cidade nos anos 1940.

seu estado civil identificado como meretriz, quando em 10 de novembro de 1941 é admitida sócia. Neste caso não é feita menção a qual dos quadros a candidata passa a compor e o mais provável é que tenha sido conduzida à caixa mutuária.

Sobre a identificação de seu estado civil, tal circunstância pode ficar clara segundo a compreensão de Maria da Glória Guimarães Correia (2006) acerca da sexualidade das mulheres trabalhadoras, pois se ditava o modelo casto das senhoras e senhorinhas burguesas enquanto uma massa daquelas vivia e trabalhava entre os homens e com eles se relacionado afetivamente tendo uma prática de sua condição sexual bem diferenciada dessas últimas e que as levava a serem mal vistas por nem sempre “constituírem família”.

Já a inscrição de Galdino da Cruz⁵³ burla a exigência de certa idade⁵⁴ aos candidatos. Este caso expressa o não cumprimento da exigência de maioridade legal para a admissão no seio social, antes da reforma do Estatuto, pois teria ocorrido por volta de 1936. Indagado sobre sua entrada na entidade, afirma que se associou garoto, com cerca de oito anos de idade, quando trabalhava em oficina e nos diz ainda que não somente ele, mas seus colegas - todos menores de idade - aprendizes de carpinteiro foram propostos na entidade pelo seu mestre, Alcides Sousa (sócio e diretor da União).

Deste modo, a hipótese da inexistência, nos Estatutos originais, de artigo referente a limite de idade mínima para integrar o corpo social torna-se possível ao analisar esse caso em que foi permitindo que esses garotos, ainda bem jovens, tenham chegado aos quadros sociais. Devemos ter em mente que mesmo depois da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (1943) eventos dessa ordem possam ter ocorrido pelo respaldo da questão profissional/moral (o grande critério para a inclusão) por estar o trabalho de menores aprendizes - resguardados pela própria CLT - permitindo que eles pudessem alegar profissão digna no ato de sua inscrição proveniente de seu trabalho junto a oficinas tais como a de Alcides Sousa.

Durante muito tempo, coube exclusivamente à Comissão de Sindicâncias a função de investigar e constatar a boa conduta dos candidatos como um dos pré-requisitos para seu ingresso na entidade. Tal procedimento foi mudado somente no ano de 1944, quando pelo sócio Antonio Lourenço Lima é solicitado que os nomes dos candidatos fossem lidos em

⁵³ Entrevista em 5/9/2009. Afirma que começou a trabalhar bem cedo, pois naquele tempo criança trabalhava, para ajudar em casa sendo ele o mais velhos dos filhos do casal Miguel Archangelo da Cruz e Maria Romana da Silva.

⁵⁴ Não encontramos casos onde a idade máxima - 60 anos - tenha sido desrespeitada nas informações de sessenta e seis cidadãos propostos em que foi possível identificar a idade no ato de inclusão do associado.

sessão para que se algum sócio tivesse informações de que se tratava de indivíduo de má conduta seria de modo mais perfeito investigado⁵⁵.

A medida preventiva intencionava eliminar eventos desagradáveis no cotidiano da entidade, mas é provável que não chegaram a evitá-los por completo e apenas os tenham minimizado⁵⁶. As desavenças giravam em torno da honra da entidade, de seus dirigentes e de sua organização interna como os valores das mensalidades ou simplesmente dos interesses sociais⁵⁷ como nos disseram os entrevistados. Casos de sócios que tiveram que ser eliminados por publicamente dirigirem ofensas à entidade e a seus dirigentes, tal como fez o sócio-fundador Luiz Gonzaga de Sousa, que chegou a ser eliminado e readmitido no quadro social inúmeras vezes por seus muitos desentendimentos com a Diretoria - até que em 1953 juntamente com outros dissidentes funda o Centro Operário Codoense - ilustram o desenrolar desses eventos.

Dentre os associados que se opunham às diretrizes da agremiação, encontra-se o caso de Leôncio Marques, denunciado por Antônio Alves Rodrigues acusando aquele de “dizer palavras contra a União”⁵⁸ o que ficou para ser averiguado e entregue relatório em próxima sessão. Foi apurado pela comissão responsável – formada pelos sócios Raimundo Guimarães, Severo Barbosa e Antônio José Oliveira – que, segundo as testemunhas, “com gestos e palavras” ofendido a entidade, o sócio Leôncio, foi considerado culpado e sua expulsão seria decidida num prazo de quatro dias para quando se marcara Sessão Extraordinária da Diretoria e Assembléia Geral.

Fator que nos chamou a atenção neste caso foi ter sido afirmado pela Diretoria que as provas seriam levadas à justiça comum⁵⁹ para as devidas providências, pois a entidade possuía seus mecanismos internos de punição sendo o mais eficaz deles a exclusão do indivíduo do quadro social.

Essas variações da atuação da entidade – para normas mais rígidas ou mais flexíveis - resultam de possíveis “conflitos decorrentes do sistema de valores utilizado por seus membros, em especial, por seus dirigentes.

Contudo, na década de 1940, é observada certa mudança no quadro social com a aproximação dos “ricos da cidade”. Não sendo o interesse material da assistência funerária

⁵⁵ Ata de Assembléia Geral 28/5/1944.

⁵⁶ Ver Anexos, tabela 7.

⁵⁷ A expressão sintetiza as questões internas da entidade, mas oculta os pormenores dessas questões.

⁵⁸ Ata da Diretoria de 17/10/1943.

⁵⁹ Caso enquadrado nos artigos 138 a 145 do Código Penal Brasileiro referente aos crimes de difamação, injúria e calúnia.

oferecida pela sociedade o que levaria à filiação de sócios “ricos” devemos supor que seriam outras, as causas que os aproximavam da mutualista.

Estariam aquelas pessoas (que durante os bailes se separavam dos demais membros) interessadas em apenas receber da entidade seus direitos sociais? Seria essa a razão da procura pela sociedade? Supomos que não.

É possível que questões ligadas a prestígio e honra fossem seus reais motivos. Interesses de ordem não-material, que através da presença pública possibilitada pela entidade, por ocasião de suas atividades culturais e solenidades, serviria como meio de expor a diferença existente entre as pessoas da cidade e configurando-se também como meio do exercício de poder a nível local.

Como última hipótese, poderia haver nesse mecanismo a intenção de interferência direta no cotidiano da entidade e desse modo na própria organização dos trabalhadores que agremiados na entidade construíam, de modo singular, sua identidade.

Essa aproximação, acreditamos, serviu como catalizador das disputas que já existiam entre os indivíduos identificados como trabalhadores, pois trazia consigo um novo sistema de valores dos novos membros e que passam a disputar a hegemonia no seio da entidade, este que por sua vez passava por seus mecanismos próprios de disputa interna.

A ação beneficente que por nós foi utilizada como característica definidora da entidade de socorros mútuos merece destaque por ser o principal meio de atuação da sociedade aqui em estudo.

Constantes são as atas que trazem entre seus assuntos para a sessão da Diretoria a prestação de contas sempre referentes às arrecadações realizadas pelo cobrador da entidade para quitação de mensalidades e contribuições pecuniárias ou ainda algum baile, lista de arrecadação ou leilão⁶⁰.

Pelas afirmações dos entrevistados, fomos levados a crer que competiam em pé de igualdade mecanismos oficiais de arrecadação e os extra estatutários (arrecadações em portaria de bailes e também arrendamento do bar, bem como, da venda de lanches e comida naqueles eventos) em que podemos concluir que as medidas oficiais e legais tinham auxílio da via alternativa de captação de recursos, principalmente por que o tempo que investigamos é marcado pela pressão de ver terminada a sede oficial. Essa necessidade forçou a criação de um caixa-construção para alocar recursos destinados exclusivamente a finalização do prédio.

⁶⁰ Ver Anexos, tabela 8.

Mesmo sendo a beneficência da mutualista voltada para seus associados, sua ação social, não se resumia somente ao seu quadro social pelo que pudemos observar e absorver de falas e dados presentes em ata.

Assistencialismo. Palavra que acompanha a definição do mutualismo torna-se ainda mais presente quando observamos a intervenção da entidade na realidade local, mas que também segue os pesquisadores em História do trabalho, na tarefa de efetivar tal objeto como meio possível de se construir investigação válida sobre o trabalhador nacional e sua cultura associativa. Porém, não é o mutualismo exclusivo da classe trabalhadora. Enxergando-o desta maneira é possível que através da observação dessa cultura, em que trabalhadores e trabalhadoras, na sua condição de classe, como grupo de pessoas que compartilham tradições e experiências comuns, possa ser visualizado como esses elementos se movimentam dentro de uma ordem social vendo essa história “a partir de baixo” (THOMPSON, 2001).

Vemos a entidade se esforçar para, a seu modo, contribuir com “relevantes serviços à sociedade codoense⁶¹” em prol da população mais humilde, mas esses serviços não devem ser caracterizados como caridade. O Natal dos Pobres, em benefício dos despossuídos e trabalhadores desempregados, organizado pela senhorita Zenita Bayma em 1939 contou com um baile de arrecadação, realizado em 16 de dezembro daquele ano, sendo uma iniciativa já costumeira entre as ações da agremiação como é feita referência.

A senhora Ester Coqueiro⁶² recordou-se de outra faceta da atuação social que diz respeito à recolocação de sócios e mesmo terceiros no mercado de trabalho. Por intermédio de seus diretores, e entre eles o senhor Pedro Rodrigues, algumas pessoas que se dirigiam a entidade conseguiram oportunidades de emprego nas oficinas, usinas e no comércio local sendo encaminhados através da atuação não-oficial da entidade.

Ao sócio impedido de prover seu sustento e após deferimento da solicitação pela comissão de sindicâncias seria paga uma mensalidade no valor de Cr\$ 40,00 ou diárias nessa proporção num período três meses e não cessando a moléstia seria reduzida a mensalidade para Cr\$ 30,00 até o sexto mês de enfermidade e caso fosse necessário um prolongamento do tratamento a entidade contribuiria com Cr\$ 15,00 mensais entre o sétimo e o nono mês. Este era o auxílio concedido em vida e que como pode ser observado limitava-se ao período de restabelecimento do sócio acamado⁶³.

⁶¹ Entrevista Raimundo Ribeiro Serra em 15/5/2009.

⁶² Entrevista em 1/9/2009.

⁶³ Ver Anexos, tabela 9.

Nem todos os casos de associados doentes resultavam em isenções ou benefícios sendo seu estado de saúde informado em sessão aos demais sócios. Muitos dos associados acamados são apenas visitados pelos demais sendo seu estado de saúde informado pela Diretoria, a exemplo, do que aconteceu com Adélia da Silva Borges “cujo estado de saúde era do conhecimento de todos”⁶⁴ os associados presentes e que foram “convidados pelo Presidente para fazer-lhe um a visita ao final da sessão sendo assim realizado”⁶⁵.

Seja no campo, ou na cidade, a produção estava marcada pelo restrito desenvolvimento tecnológico utilizado no estado, onde as indústrias resguardavam o que havia de “moderno” em processos de produção e maquinário (comparado ao parque industrial de outras regiões já se encontrava em vias de tornar-se obsoleto) onde o tempo da fábrica exigia o máximo dos operadores desses maquinismos. No que se refere à economia rural, era exigido dos agentes de produção considerável esforço na tarefa do cultivo onde sistematicamente dispensasse a implantação de tecnologias.

Em suma, trabalhar não trazia saúde a ninguém, expondo esses homens e mulheres, por vezes a correrem risco de morte (como os funcionários da ferrovia instalada entre as capitais do estado do Maranhão e do Piauí)⁶⁶ e através da participação e atuação da mutual essas carências eram amenizadas, nos casos possíveis.

3.2 A consciência de ser classe

Tradicionalmente ligada à atuação militante, a consciência de classe nos termos do mutualismo necessita de debate ou mesmo da defesa de sua existência nessa forma de organização dos trabalhadores.

Os estudos sobre os trabalhadores, tanto na Europa quanto no Brasil, sempre foram acompanhados de amplos debates teóricos e metodológicos. Isso certamente reflete, em grande medida, o caráter militante de muitos dos trabalhos, muitos deles realizados fora das universidades (SIQUEIRA, 2002, p. 13).

Essa mesma tradição impôs a existência de meios superiores de proteção da ideologia da classe representados, por sua vez, pelo sindicato e pelo partido. Decorrente dessa relação, outra imposição estaria colocada, resultando na compreensão de todo trabalhador como participante do próprio movimento operário. Por essas “verdades” difusas tanto no seio acadêmico, e ainda, na compreensão dos leigos acerca da organização dos trabalhadores a

⁶⁴ Ata da Diretoria de 21/7/1943.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Para observação sobre as condições de trabalho em ferrovias, consultar Robério Santos Souza (2007).

necessidade do debate, ou como queremos, a defesa da consciência fora do sindicato reafirma-se.

A obra de Edward Thompson, historiador e militante, certamente representa um importante marco teórico na historiografia sobre os trabalhadores. Suas críticas às abordagens tradicionais, particularmente às relacionadas à sociologia e ao estruturalismo, trouxeram importantes reflexões em torno dos conceitos analíticos sobre a história dos trabalhadores. Entre essas reflexões, o próprio conceito de classe é problematizado. Para Thompson, os modelos explicativos sobre a classe trabalhadora, definidos previamente pela teoria, estariam dando margem a interpretações que não teriam relações concretas com a prática histórica. Ou seja, o conceito “classe” estaria sendo empregado de forma estática e, portanto, a-histórica, e por isso deveria ser historicizado (SIQUEIRA, 2002, p. 14).

Siqueira nos apresenta a obra de Thompson como aquela que possibilita a reorganização dos questionamentos sobre o operariado por perceber, nesse autor, a inquietação com as respostas conseguidas até aquele momento por meio dos sistemas explicativos alinhados a relação acima citada.

Repensar a classe passaria primeiro por repensar os meios pelos quais ela se forma, tendo como base a realidade e o cotidiano no mundo do trabalho. Desse modo, “o termo ausente” se faz necessário como elemento de ligação entre o ser social, a construção de sua consciência e a realidade. A classe, para Thompson, acontece quando “homens e mulheres, como resultado de experiências em comum, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem, e geralmente se opõem, dos seus.”

Seria, portanto, a consciência de classe algo resultante de ações individuais e coletivas em que a experiência é tratada em termos culturais. Sobre isso afirma Thompson (2001, p. 277),

(...) nenhum exame das determinações objetivas e, mais do que nunca, nenhum modelo eventualmente teorizado podem levar à equação simples de uma classe com consciência de classe. A classe se delineia segundo o modo como os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em um certo “estágio” do processo.

A formação da classe passa também pelo antagonismo e contribui para as delineações de seu padrão, contudo, no que chamamos de tradição – a produção ligada a atuação militante – seria este um elemento fundamental, pois retorna ao ponto de partida da ação partidária e por isso revolucionária.

Os esforços aqui estão direcionados em mostrar a debilidade da proposta tradicional. Acreditamos que conceber as classes como entidades em separado, apartadas umas das outras,

e mesmo assim no contato da luta entre seus interesses colocou os trabalhadores em uma situação novamente subalterna, tendo como ponto de partida o modo de produção, e em decorrência disso em uma situação revolucionária por questionar, desde sua gênese a posição que ocupa no sistema.

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham para o seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário (...) as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 277).

A consciência sendo o que é, nem verdadeira e muito menos falsa é o produto de um processo em que os sujeitos têm papel ativo na maneira pela qual se vêem, numa determinada sociedade, e os levam a se identificarem em torno de interesses em comum, e, a partir daí a consciência e as identidades são formadas.

O interessante dessas formulações é a proposição de observar esses agentes como sujeitas de ação e de sua própria história. Ao basearem-se na experiência concreta dos atores sociais, esses procedimentos teórico-metodológicos, tornam-se possíveis de utilização longe do mundo empírico em que foram desenvolvidos, a trajetória do operariado inglês.

Os trabalhos de Edward Thompson, entendidos como propostas metodológicas, ampliam as possibilidades de compreensão sobre a formação dos trabalhadores como classe. Esse processo é visto como resultado das lutas por interesses, os quais, presente no cotidiano dos trabalhadores, podem ser bastante amplos. Dessa forma, tida como resultado dessas lutas, a consciência não tem um modelo único e definido. Esse tipo de abordagem amplia as possibilidades de investigação acerca da identidade dos trabalhadores, bem como o conceito de política, que passa a ser entendido principalmente como luta por interesses em comum (SIQUEIRA, 2002, p. 16-17).

Desse modo, a ampliação do debate se dá também sobre o termo “experiência” que torna possível a observação do trabalhador não apenas na atuação militante. Surge nesse contexto a possibilidade do mutualismo ser investigado. Diante desse debate, emerge uma preocupação entre os historiadores de perceber a classe operária do início do século XX em sua peculiaridade, inserida em seu contexto histórico e a partir de sua própria experiência, que não pode ser simplesmente dissolvida em um modelo pré-definido de classe ou de consciência de classe.

Tratar da cultura dos trabalhadores como elemento – fundamental – para a sua formação como classe passou a constar no rol dos métodos e interesses dos historiadores

sobre a classe trabalhadora, indo, dessa maneira, além das experiências relativas à ação política direta, trazendo à tona outras situações vividas no cotidiano e fora das fábricas.

Localizado o referencial de nossa discussão, passemos a ela então.

Pela alegação de ausência de consciência de classe era silenciosamente indagado ao mutualismo: Onde está o (seu) devir revolucionário? O questionamento seria produto também das regras interpretativas a que estavam sujeitas a classe trabalhadora e a pesada atribuição de um papel revolucionário que insiste em não se cumprir.

Contribuiu bastante para isso, o fortalecimento da imagem do trabalhador brasileiro coincidir (o termo talvez não seja o mais apropriado) com a trajetória do governo populista de Getúlio Vargas e as pressões oficiais que este realizou sobre as classes produtoras nacionais.

Esse é justamente o ponto de junção e que torna nossa argumentação possível, pois consiste ainda em nosso recorte temporal.

Não é nossa intenção colocar a figura do sindicato, tão importante mecanismo no processo de construção da identidade e consciência das classes, na posição de vilania, mas a esta forma foram atribuídos poderes privilegiados para aquelas ações que fizeram calar e mesmo desaparecer as demais vivências dos trabalhadores.

Ao mesmo sindicato, apontado como forma superior de organização, durante os quinze anos do governo de Vargas, entre 1930 e 1945, foi imposta a circunstância de colaboração com o Estado, este que por sua vez buscou calar os antagonismos de classe tão caros aquela mesma formulação. Em outras palavras, estaria o sindicato destituído de suas “reais” funções.

Os termos “pelego”, “sindicalismo marrom”, entre outros são utilizados para fazer referência ao “sindicalismo colaborativo” ao governo. Nós indagamos várias vezes como tamanha evidência escapou aos olhos dos celebres estudiosos do tema e ainda que tipo de operação mental fizeram para ignorá-la. Novamente os silêncios citados anteriormente, chegam a causar incômodo a ponto de ensurdecer.

Mais uma vez recorreremos às críticas realizadas por Thompson a Althusser para questionar o “chamamento”. Se o devir revolucionário é fim último da própria classe, como ela se deixa seduzir tão facilmente?

A indagação acima já foi formulada outras vezes e de outras formas. Ela é justamente o elemento que não encaixa, aquilo que causa incômodo e que se busca passar por cima por meio da precisão do discurso.

Que lugar caberia a entidades, como a União Artística, diante desse quadro?

A afirmação pela negação, de nem uma coisa (o sindicato) e nem outra (o clube) seria a resposta. A negação coloca a União onde ela deveria estar, pois não é um hiato o que existe entre aquelas formas, mas sim possibilidades de atuação que são, por vezes, diferentes ao ponto de negar a regra da existência da classe e sua consciência.

Outra vez a experiência é invocada, e

[...]quanto a ela fomos levados reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais passa a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão [...]: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que em sua totalidade, compreende a genética de todo processo histórico, sistemas que reúnem todos num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ele própria(como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1981, p. 188-189).

Esse tipo de vivência, experiência em seu sentido literal, exige que o observador as encarar como positivas. Encará-las como limites, defeitos e imperfeições, não responde às questões levantadas acima. Nesse sentido a existência do mutualismo, sobretudo, no período em destaque, adquire os contornos de possuir consciência de classe em meio as suas vivências.

De acordo com o trecho acima citado, as pessoas não experimentam suas próprias experiências apenas como ideias, pensamentos e procedimentos segundo um “instinto operário”, pois ele mesmo se é que exista, nasce da experiência como sentimento nas relações de família e de conjunto. Neste ponto, a possibilidade de ter a União, e o mutualismo, a faceta de clube se aproxima, porém não inibe a existência de uma consciência entre seus membros.

Deste modo, afirmamos haver entre os trabalhadores, membros da União Artística Operária Codoense, os elementos que lhe possibilitam a consciência de classe por haver experiências como classe e por fim para a construção de identidade e valores comuns ao grupo.

Destacamos a utilização do termo ‘operário’⁶⁷ para tratar do público assistido pela entidade. Durante as entrevistas, nossos informantes referiram a si e aos demais associados por meio daquele termo, e compreendemos que essa ação reside na crença difundida entre o grupo que eles estavam associados a um tipo de entidade, tão importante quanto o sindicato, e que lhes possibilitava experiências para a aquisição de uma imagem/identidade enquanto grupo.

⁶⁷ Acreditamos que uso do termo busque conferir seriedade e autoridade de atuação da associação.

Afirmamos, segundo as proposições de Thompson, que entidades deste tipo, são espaços válidos para buscar essas identidades classistas, pois possibilitam identificação entre seus membros não só relacionada a questões do mundo do trabalho, mas ainda do universo cultural que os circunda.

Considerações finais

O diálogo com a documentação permite afirmar que no período (1937-1945) se fortalecia o mutualismo na cidade de Codó pelo destaque da agremiação, União Artística, e pela distinção de seus membros, selecionados por um rigoroso código moral, o qual permitia a perpetuação da entidade, bem como a promoção da escala de valores que diferenciavam aqueles homens e mulheres que dela faziam parte.

Evidenciou-se, então, que a necessidade da superação dos entraves diários, a que estavam expostos por sua condição de trabalhador, encontrou no mutualismo uma possibilidade para que essas demandas fossem contornadas. Fazendo dessa prática associativa uma dos elementos centrais da construção de experiências pelos indivíduos e pela comunidade enquanto catalizador das trocas culturais e afetivas entre seus membros.

Não sendo o mutualismo uma pré-história do movimento sindical, e possuindo sua própria genealogia, passa a constar como objeto possível de averiguação da construção da identidade do trabalhador brasileiro por sua ocorrência significativa em realidades como a do município de Codó ou mesmo da capital, São Luís.

Seria ele também um mecanismo para a devida análise da relação que se estabelece durante o Estado Novo junto às classes trabalhadoras quando os sindicatos foram reduzidos a meros colaboradores oficiais do regime.

Intencionávamos realizar a classificação da experiência mutualista da União tendo como base o recrutamento de seus sócios que levou a uma diferenciação em seu quadro social, porém encontramos como resultado, uma entidade que se define como classista, por agremiar determinadas categorias trabalhistas, de um lado, mas que efetiva-se como local de fortalecimento da identidade não só desses grupos e sim de toda a comunidade local, o que de outro lado a aproxima de entidades mutuais de caráter aberto. Efetiva-se dessa maneira a União como uma entidade mista entre esses dois tipos.

Contudo, a negativa, nem sindicato nem clube! possibilita um local autônomo e por que não específico desse tipo de entidade, pois não seria ela apenas um híbrido. Dito isso defende-se, ao fim, a existência da consciência de ser classe entre seus membros, pois ela é apreciada em termos culturais na interação das vivências do cotidiano.

Referências

- Documentação

1) Manuscritos

Atas da Diretoria da União Artística Operária Codoense 1938-1945

2) Impressos

a) Jornais

A Comarca (1947)

O Garoto (1931)

b) Documentos da União Codoense

Cartas de aceite da Diretoria a 63 novos sócios (1941-1943).

Documento de Abdias Santos (idealizador e sócio fundador da associação) na oportunidade do aniversário de 29 anos da casa, sobre a sua fundação.

Estatutos da União Artística Operária Codoense 1943.

Estatutos da União Artística Operária Codoense 1999.

c) Leis e outros documentos oficiais

Decreto nº 326, de 21 de novembro de 1945. Diário Oficial do Estado do Maranhão, de 22 de novembro de 1945.

IBGE. Codó. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro:1959, p.149-153.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil**. Realizado em 1º de setembro de 1940. População do Brasil por Estados, municípios e distritos, segundo o sexo a idade e nacionalidade. Parte IV. Maranhão. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 07 de março de 2010.

Recenseamento Geral do Brasil. 1920. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 07 de março de 2010.

Lei Municipal Nº574/79, de 31 de maio de 1979. Dá nova delimitação á zonas urbana e suburbana da cidade de Codó e dá outras providências.

Lei Municipal Nº726/83, de 04 de julho de 1983. Revoga a Lei Nº574/79, de 31 de maio de 1979, faz a divisão da cidade, delimita seus bairros e dá outras providências.

República Federativa do Brasil. Senado Federal Consolidação das leis trabalhistas DECRETO-LEI N. 5.452 - DE 1 DE MAIO DE 1943. Disponível < em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75526>>. Acesso em: 07 de mar. de 2010.

República Federativa do Brasil. Senado Federal Lei de Sindicalização - Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931. Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acessada em 20 de julho de 2012.

3- Entrevistas

Albino de Jesus Carvalho

Almeirinda Moreira Baima

Almir Dias de Sousa

Antônio Lourenço Lima

Benedito Alves Sousa

Carlos Quirino dos Santos

Domingos Ferreira de Souza

Domingos Paiva

Edimar Nascimento Almeida

Ester Coqueiro Serra

Filomena Portela dos Santos

Francisco Emílio Matos

Galdino Bispo da Cruz

Jacob Adão Almeida Barros Figueiredo

João Buzar Neto

José Almeida Rios

Justino Ferreira da Silva

Maria de Fátima Gomes da Silva

Maria Rita Aguiar Monteiro

Nazaré Ferreira

Raimunda Iza Martins Silva

Raimundo Ribeiro Serra

Ruth Gonçalves Bayma

Wildelano José de Sousa Silva

- Bibliografia

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: Marcos César de Freitas. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001, v.1, p. 145-158.

BITTECOURT, Ícaro. **O mutualismo operário em Cachoeira (RS)**: três abordagens possíveis. Comunicação realizada no ix encontro estadual de história: vestígios do passado, a história e suas fontes. ANPUH/RS -UFRGS. Porto Alegre entre 14 e 18 de julho de 2008.

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas & oposicionistas** (biografias). São Luís: Lithograf, 2001.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do Maranhão do Sul. 2.ed. São Luís: EdUFMA. 2008.

_____. **Política e educação no Maranhão**. São Luis SIOGE. 1984.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Cultura e política no varguismo e no peronismo. In: **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 1. p. 99-129.

_____. Estado Novo: novas histórias. In: Marcos César de Freitas. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001, v. p.183-213.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP. 2001.

CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: **Cultura e Democracia**. 6. ed.. São Paulo: Cortez. 1993, p. 39-83.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Teatro das memórias sociais e do patrimônio cultural: a educação patrimonial em perspectiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; e BEZERRA, Márcia. (Org.). **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 69-88.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século. 1. ed. São Luís: EdUFMA, 2006.

CORSI, Francisco Luiz. A grande depressão dos anos 30 e a percepção de novas possibilidades de desenvolvimento. In: **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. Editora UNESP. São Paulo, 2000, p. 21-49.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A Vida fora das Fábricas**. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). São Paulo: Paz e Terra. 1987.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1986.

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar do Maranhão: espaço geo-histórico-cultural**. João Pessoa: Editora Grafset, 2006.

FERREIRA, Delcineide Maria da Costa. **A classe trabalhadora de São Luís: Organização, Mobilização e Cooptação Política (1920-1935)**. Monografia de conclusão de curso em História. UFMA. São Luís. 1996.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001, p. 59-124.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone Cruz. "História e Prosopografia". Conferência realizada no X Encontro Regional de História. ANPUH-RJ. **História e Biografias**. UERJ. 2002.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local**. Petrópolis, Vozes, 1998.p. 85- 107.

_____. Uma descrição densa. In: **A interpretação das culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973. p. 13-41.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad, de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras. 1986.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. In: **A invenção do trabalhismo**. São Paulo. Vértice. 1988. p. 229-256.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

JORGE, Miécio de Miranda (org.). **Álbum do Maranhão**. São Luís: 1950.

LACERDA, David Patrício. Experiência associativa no Império: sociedades mutuais de trabalhadores livre na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX). Comunicação realizada no **XIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: IDENTIDADES**. ANPUH/RJ-UFRRJ. Rio de Janeiro, entre 4 e 8 de agosto de 2008.

_____. O mutualismo entre trabalhadores livre na Corte das últimas décadas na Monarquia escravista. Comunicação realizada no **XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo entre 8 e 12 de setembro de 2008.

LENHARO, Alcir. A militarização do corpo. In: **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papyrus, 1986. p. 75-104.

LOPES, Juarez Brandão (1961) **Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação e "Relações industriais em duas comunidades brasileiras"** (1964).

LUCA, Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo Contexto.1990.

MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/UEMA. 1999.

MARCONDES FILHO, Alexandre Machado. Soldados somos todos! In: **Trabalhadores do Brasil!** Palestras do ministro Marcondes Filho na Hora do Brasil em 1942. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/trabalhadores.html#15>. Acesso em: 7 de março de 2010.

MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: **REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, D.F.:** Ed Universidade de Brasília, 1982, p. 669-689.

MEIRELES, Mário Martins (1960). **História do Maranhão**. São Paulo Siciliano. 2001.

MELO, Maria Cristina Perreira de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)**. São Luís. SIOGE. 1900.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo. Contexto, 1992.

MORAES FILHO, Evaristo de. (1978). **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos**. 2 ed., São Paulo, Alfa-Omega. 1952.

NEGRO, A. L.; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964). In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O Brasil Republicano**. Tempo da Experiência Democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 47-96.

REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos oligárquicos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp. São Paulo. 1992.

Revista Leia Hoje: Codó, 2000.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicalismo e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo. Difusão Europeia. 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito social e sindicalismo no Brasil**. São Paulo. Difusão Europeia, 1966.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorro mútuos: estratégias privadas e públicas (um estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)**. Tese de Doutorado em História do Trabalho. PUC-Rio Grande do Sul. 2004.

_____. Democracia e dirigentes nas sociedades de socorros mútuos (Rio Grande do Sul, 1854-1940). In: **Segundas Jornadas de História Regional Comparada**, 2005, Porto Alegre. Segundas Jornadas de História Regional Comparada - Livro de resumos, 2005.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores Urbanos e Populismo: Um balanço dos estudos recentes. In: Jorge Ferreira. (Org.). **O Populismo e sua História: Debate e Crítica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-271.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado**. São Paulo. Editora Dinamus/Editora da USP, 1966.

SIQUEIRA, Uassyr de. **Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Unicamp. São Paulo, 2002.

SOUSA, Robério Santos. **Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Unicamp. São Paulo. 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **"As peculiaridades dos ingleses."** In: As peculiaridades dos Ingleses e outros textos, 75-179. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

_____. **A miséria da teoria ou o planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 222 -248.

_____. Consciência de classe In: **A formação da classe operária inglesa** "A força dos trabalhadores". São Paulo.Paz e terra. 3a. Edição, 1997, p. 303-440.

_____. Costume e cultura e Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum: um estudo sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-85.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Proteção e socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. In: **XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, ANPUH/PB. João Pessoa Paraíba. 2003.

VIVEIROS, Jerônimo de. A catástrofe agrícola e a loucura industrial. In: **História do Comércio no Maranhão (1612-1895)**São Luís, 1954, p. 553-565, v.2.

_____. A Estrada de Ferro São Luis-Caxias. In: **História do Comércio no Maranhão.** (1896-1934). Associação Comercial do Maranhão. São Luís. 1964, p. 163-198, v.3.

Apêndice

Roteiro de entrevistas

Ficha de identificação:

- 1-Nome
- 2-Filiação
- 3-Data e local de nascimento
- 4-Endereço
- 5-Situação Civil
- 6-Nome do conjugue e filhos

Fundação e atuação da entidade:

- 1-Como surgiu a entidade?
- 2-Há quanto anos você faz parte da entidade?
- 3-Desenvolveu (ou desenvolve) funções administrativas na casa?
- 4-A União é um clube de trabalhadores?
- 5-A associação pode ser entendida como um sindicato?
- 6-Nesse anos de atuação, surgiu algum jornal ou informativo das ações da casa?
- 7-O que representam os lemas da entidade?
- 8-Têm conhecimento das relações da União com outras do mesmo tipo? O que acha disso?
- 9-Qual a importância que você atribui aos divertimentos proporcionados pela entidade? Algum deles foi marcante para você?
- 10-Participar da União possibilitou ao trabalhador local reivindicar melhores condições de vida e de trabalho?
- 11-Sobre as demais organizações de trabalhadores (da cidade e da região) elas organizaram greves ou paralisações? Qual a postura da União diante disso?
- 12-Tem conhecimento de alguma entidade, clube, partido ou mesmo sindicato que tenha sido fundado dentro da União?

13-Qual a relação da União com sindicatos os da cidade?

14-Sabe de alguma ação social da casa que beneficiou a comunidade codoense e não só o quadro social?

15-A entidade possuía alguma área reservado no cemitério? Os túmulos dos associados possuíam alguma identificação referente à sua participação na entidade?

16-Havia diferenciação entre os dançarinos do baile? Que critério era utilizado por eles?

Quando isso começou?

17-Sobre as meretrizes: por que se associavam? Elas tinham todos os direitos sociais?

18-Que tipo de relação da entidade com as autoridades locais e Sebastião Archer? Era amistosa? Como se dava?

19-Existia diferença entre a Assembleia Geral (diretoria desta) e o corpo geral dos associados - a assembleia geral?

Narrativa pessoal

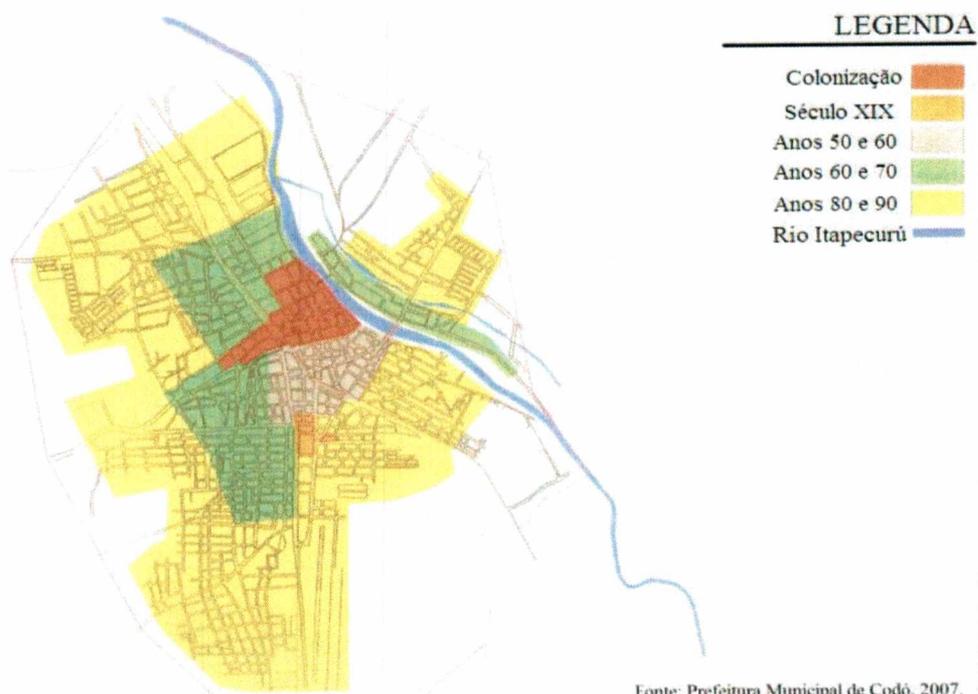
1-Num último momento, os entrevistados discorriam sobre sua vida, a cidade e de como recordavam da atuação da agremiação (sem minha interferência com perguntas) pontuando sua trajetória de vida, o momento e a entidade.

ANEXOS

A) FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa da evolução urbana do município de Codó, MA*

EVOLUÇÃO URBANA



*A divisão entre as áreas vermelha e cinza é feita pelo Riacho Água Fria, sendo denominada a área em vermelho e porção mais antiga da cidade como Cidade Baixa e área destacada pela cor cinza é chamada de Cidade Alta e ainda a pequena porção em laranja é conhecida como Alto da Fábrica.

B) FOTOS

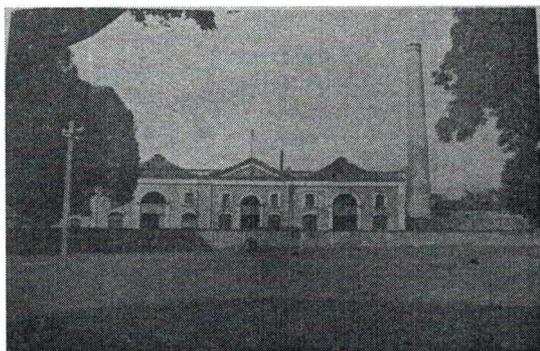


Foto 1 – Vista frontal do prédio da Fábrica de Tecidos da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão.

Fonte: JORGE, Miécio. Álbum Fotográfico do Maranhão(1950).



Foto 3 – Usina elétrica da cidade, um dos seus elementos de destaque naquela época. A cidade contava com duas redes elétricas em 1940, uma pública sob administração municipal que existia de 1919 e o outro ligado à Manufatureira.

Fonte: IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

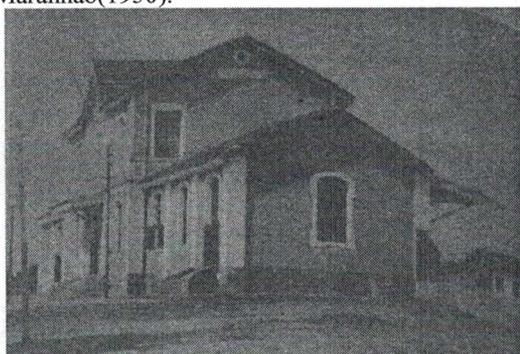


Foto 2 - Estação Ferroviária de Codó.

Fonte:IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.



Foto 4- Abdias Antônio dos Santos – um dos idealizadores da União.

Fonte: Acervo da União.

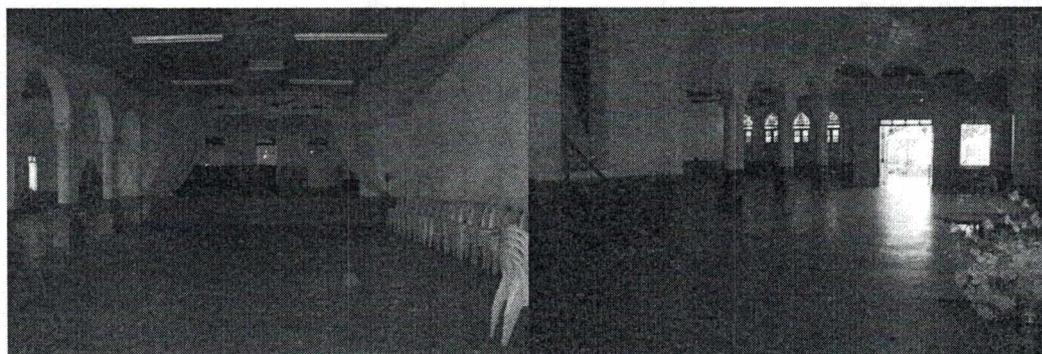


Foto 5- Salão maior (esquerda) e salão menor (direita) onde entre eles pode ser observada a fileira de colunas que sustenta o teto.

Fonte: ABREU, Dácia Naiana Moreira.

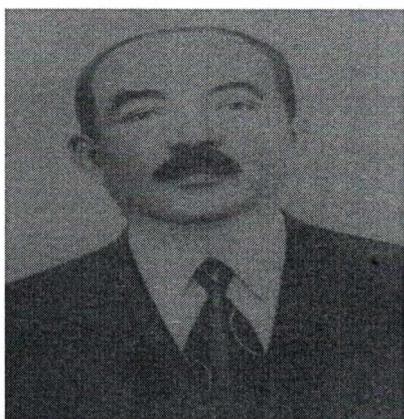


Foto 6- Pedro Alexandre Rodrigues.
Fonte: Acervo da União

C) TABELAS

Tabela 1- População, local de residência e grau de instrução

	1920			1940		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Rural	-	-	-	17.833	16.926	34.759
Urbana	-	-	-	1.353*	1.870*	3.405*
Total	12.249	12.647	24.896	19.368	18.796	38.164
Sabem ler e escrever	1.470	1.082	2.525	3.133	2.332	5.465
Não sabem ler e escrever	10.779	11.565	22.344	13.049	13.646	26.160
Total	12.249	12.647	24.896	16.182	1.598	32.160¹

*somados população urbana e suburbana.

1- pessoas de cinco anos a mais de instrução declarada.

Fonte: IBGE, Recenseamento geral do Brasil 1920 e Censo Demográfico Brasileiro 1940.

Tabela 2- Tipo de material utilizado na construção das habitações

	1940	
	Maranhão	Codó
Alvenaria	18.284	107
Madeira	268.699	9.472
Outros	3.632	115

Fonte: IBGE. Censo demográfico Brasileiro 1940.

Tabela 3 – Sistema de ocupação das propriedades agropecuárias

	1920		1940	
	Maranhão	Codó	Maranhão	Codó
Proprietários	5.153	109	17.329	84
Administradores	1.345	26	6.943	08
Arrendatários	176	04	12.312	1225
Total	6.674	139	36.584*	1317*

*não foram considerados os valores para ocupantes e outros para serem obtidos esses totais.

Fonte: IBGE, Recenseamento geral do Brasil 1920 e Censo Demográfico Brasileiro 1940.

	Em exercício			X		X		
1944	Eleito							X ³
	Em exercício							
1945	Eleito							X
	Em exercício							

1-mandato de 1942-1943

2-mandato de 1943-1944

3-mandato de 1944-1947

Fonte: Elaboração própria a partir das Atas da Diretoria da União 1938-1945.

TABELA 6 - Frequência das Sessões (1941-1944)

	1941		1942		1943		1944	
	Número de Sessões	Média de Sócios						
Ordinária (Diretoria)	15	-	23	16,2	21	25,2	28	31,1
Extraordinária (Diretoria)	01	30	01	30	01	-	-	-
Extraordinária (Ass. Geral)	-		01	-	05	-	-	-
Referência/Ocorrência	-		06	-	10	-	15	-

Fonte: Atas da União 1938-1945.

Elaboração própria.

Tabela 7 - Admissão e Eliminação de Sócios (1938-1945)

	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	TOTAL
Admissão	11	03	02	62	99	94	169	50	491
Eliminação (Atraso de mensalidades)	91	-	-	17	08	05	18	06	145
Indeferimento	01	-	01	01	-	02	17	-	22

Fonte: Atas da União 1938-1945.

Elaboração própria.

Tabela 8- Caixa Geral (Entrada e Saída)

	ENTRADA			SAÍDA			
	1942*	1943**	1944***	1942	1943	1944	
Mensalidade	Cr\$ 331,00	Cr\$ 2.033,60	Cr\$ 7.108,00	Cr\$ 45,00	Cr\$ 485,00	Cr\$ 1.968,90	Despesa Geral
Pecúlio	Cr\$	Cr\$	Cr\$	-	Cr\$	Cr\$	Despesa Construção

	121,20	577,20	1.190,80		828,00	432,00	
Lista	-	Cr\$ 159,00	-				
Baile (leilão, porta e bar)	Cr\$ 179,00	Cr\$ 555,00	Cr\$ 1.415,00				
Quermesse	-	-	Cr\$ 38,70				
TOTAL¹	Cr\$ 631,00	Cr\$ 3.165,00	Cr\$ 9.752,50				

*balanço do ano de 1942 Cr\$ 1.333,00

** balanço do ano de 1943 Cr\$ 3.065,40

*** balanço do ano de 1944 Cr\$ 1.606,20

1-O total aqui apresentado refere-se aos números descritos na tabela, pois não nos foi possível igualá-los com o balanço referente a cada ano.

Fonte: Atas da entidade 1938-1945.

Elaboração própria.

Tabela 9- Pecúlios pagos (1943-1945)

	Valor	Número (possível) de sócios
1943 (Dezembro)	Cr\$ 726,00	363
1944 (Dezembro)	Cr\$ 1.126,00	563
1945 (Fevereiro)	Cr\$ 1.168,00	599

Fonte: Atas da União 1938-1945.

Elaboração própria.